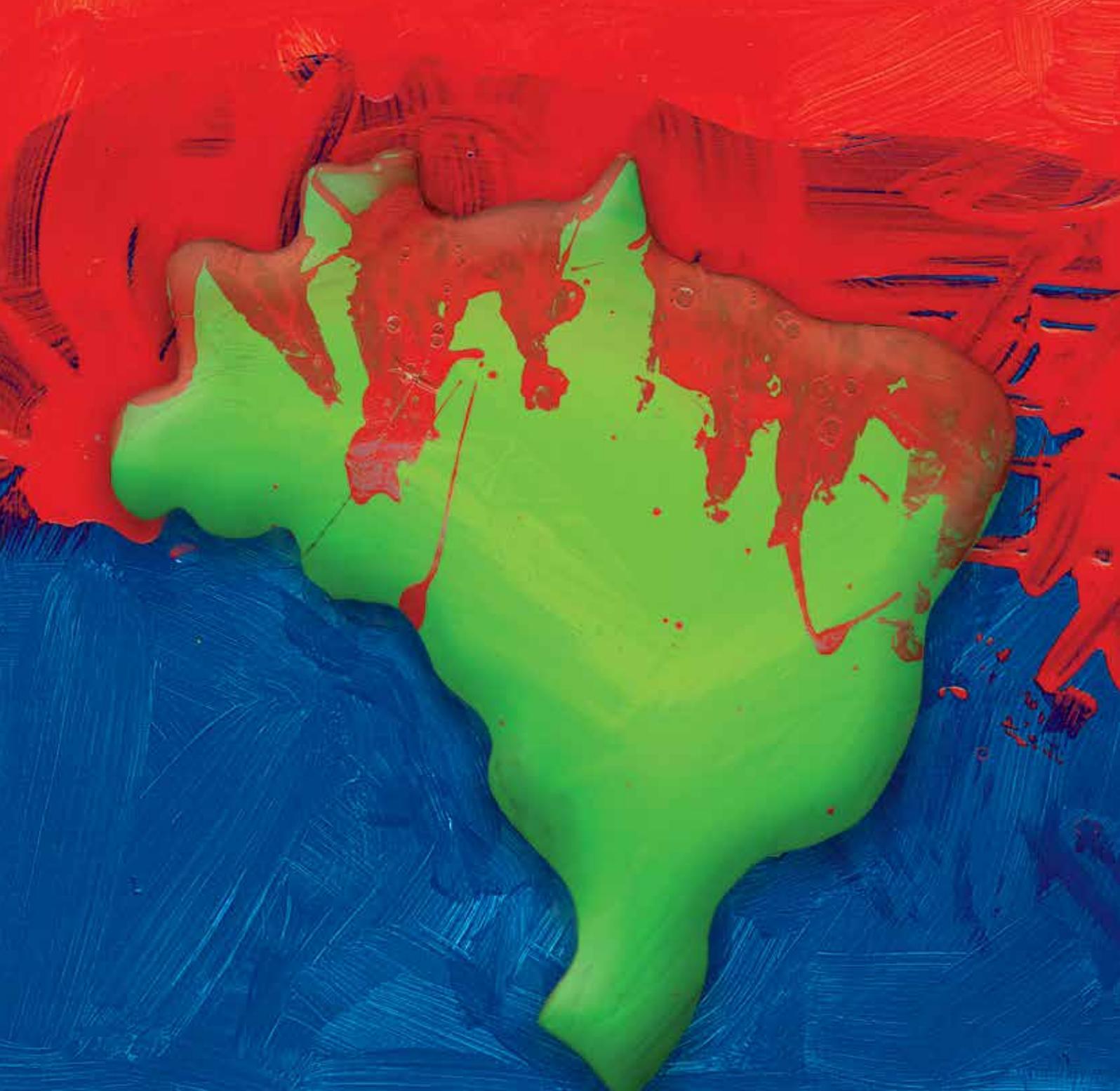


Revista  **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número **286**  
2014



# EDIÇÃO COMEMORATIVA



“A Pátria não é ninguém; são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à palavra, à associação. A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.”

*Rui Barbosa*



## Movimento Democrático de 31 de Março de 1964 50 anos depois...

Ao aproximar-se a data do cinquentenário do Movimento Democrático de 31 de Março de 1964, faz-se necessária uma reflexão dos seus resultados e dos desdobramentos que se sucederam.

Já nos primeiros anos do período pós 64, grandes alterações foram introduzidas no País, levando, ao longo de 24 anos, sua economia do 48º para a oitava posição no contexto mundial.

Nesses anos, 1964 a 1988, o Brasil foi conduzido por presidentes militares assessorados por ministros na maioria civis e por um Congresso constituído por representantes de dois partidos políticos, eleitos democraticamente.

Tais governantes, em mandatos eletivos de cinco anos, foram condutores e protagonistas do mais significativo crescimento da riqueza nacional em toda a história recente, alcançando índices de 15%, com médias anuais de 12%. Esse período foi denominado pelo povo de “o milagre brasileiro”.

A partir de 1988, com a chegada dos governantes civis, o Brasil mergulhou persistentemente em decadência, reduzindo de tal forma os índices do “milagre brasileiro”, que chegou a inaceitáveis – 2% (menos dois por cento) no final de 2013.

Assim, após um lustro, na certeza de contribuir para o novo alvorecer da Pátria, levantemos nossas vozes em uníssono, para exigir a correção do rumo e a retomada da direção certa para os verdadeiros anseios da nação brasileira.



*Paulo Frederico Soriano Dobbin*  
V. Alte FN PAULO FREDERICO SORIANO DOBBIN  
Presidente do Clube Naval



*Renato César Tibau da Costa*  
Gen. Ex RENATO CÉSAR TIBAU DA COSTA  
Presidente do Clube Militar



*Ivan Moacyr da Frota*  
Ten Bríg do Ar IVAN MOACYR DA FROTA  
Presidente do Clube de Aeronáutica

## PRESIDENTE

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

## 1º Vice-Presidente

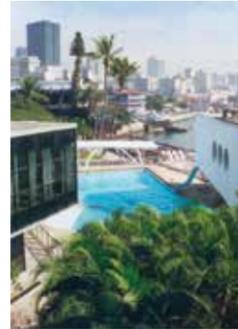
Maj Brig Ar Márcio Callafange

## 2º Vice-Presidente

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

Assessor Especial da Presidência  
Brig Ar Cezar de Barros Perlingeiro

www.caer.org.br  
revista@caer.org.br



# Expediente

Jan./Fev./Mar.

2014



ISSN 0486-6274

## SUPERINTENDÊNCIAS

### Sede Central

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

### Sede Barra

Ten Cel Int José Augusto Santana de Oliveira

### Sede Lacustre

Cel Int Antonio Teixeira Lima

## CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

## CONSELHO FISCAL

Presidente - Brig Int Helio Gonçalves

## DEPARTAMENTOS

### SEDE CENTRAL

#### Administrativo

Cel Int Ezio de Luna Freire

#### Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

#### Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

#### Comunicação Social

Ten Cel Ana Elisa Jardim de Mattos A. de Melo

#### Centro de Tecnologia e Informação – CTI

Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

#### Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

#### Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

#### Patrimonial / Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

#### Social

Ten Cel Int José Pinto Cabral

### CHICAER

Ten Brig Ar Ivan Moacyr da Frota

### SEDE BARRA

#### Aerodesportivo

Cel Av João Fares Netto

Dir. Operações - Ten Cel Av José Carlos da Conceição

#### Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

#### Assessores

Administração - Cel Av Mauro Domeneck Salgado

Financeiro - Ten Cel Antônio Rodrigues de Sousa

Eventos e Hotelaria - Loreta Helena Valério Alves

## Expediente Sede Central

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

## ENDEREÇOS E TELEFONES

### Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200  
• Tel.: (21) 2210-3212  
• Fax: (21) 2220-8444

### Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710  
• Tel.: (21) 3325-2681

### Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1  
Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000  
• Tel.: (22) 2662-1510  
• Fax: (22) 2662-1049

## REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

### Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

### Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

### Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

### Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

### Revisão

Márcia Helena Mendes dos Santos

### Secretárias

Gabriela da Hora Rangel

Juliana Helena Abreu Lima

Isis Ennes Pestana Santos

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Capa  
Araken

# Índice

**6** ATUAIS AMEAÇAS AO ESTADO  
BRASILEIRO  
Ten Brig Ar Ivan Frota  
Presidente do Clube de Aeronáutica

**10** A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 64.  
UMA ANÁLISE SUMÁRIA DE SUAS CAUSAS  
Manoel Soriano Neto  
Cel Inf

**15** NOMES E HOMENS  
Nélson Rodrigues  
Dramaturgo, Teatrólogo e Jornalista

**18** REAFIRMAÇÃO DEMOCRÁTICA  
31 DE MARÇO DE 1964  
Anysio Alves Negrão  
Cel Ex

**22** JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO  
Roberto Marinho  
Jornalista

**24** GOLPE À BRASILEIRA  
Marco Antônio Villa  
Historiador e Professor

**26** 40 ANOS DA PONTE  
O ANIVERSÁRIO DE UM MARCO  
DA ENGENHARIA  
Marco Antônio Esteves Balbi  
Cel Ex

**29** REESCREVENDO A HISTÓRIA  
DE BANDIDO A FALSO HERÓI  
Luís Mauro Ferreira Gomes  
Cel Av

**32** A PROBLEMÁTICA INDÍGENA  
RAPOSA-SERRA DO SOL  
Aíldon Dornellas de Carvalho  
Cel Av

**35** ESCOLA PARA TERRORISTA?  
Rodrigo Constantino  
Economista

**36** NOVA FASE DE  
AGITAÇÃO SOCIALISTA  
Aluizio Amorim  
Jornalista

**40** A ÁRVORE BOA  
Rômulo Bini Pereira  
Gen Ex

**42** A DITADURA CONTAGIA  
O Estadão - Opinião

**44** MARXISMO E LEI  
Edgard Leite  
Filósofo

**46** DEMOCRACIA E DITADURA  
Denis Lerrer Rosenfield  
Professor de Filosofia

**48** REFORMAS CONSTITUCIONAIS  
E A CRISE DO GOVERNO  
Ives Gandra da Silva Martins  
Tributarista

# AMEAÇAS AO ESTADO BRASILEIRO

Tendo em vista a atualidade dos dados, optei por ocupar este espaço com um resumo do manifesto da Academia Brasileira de Defesa que assinei, como seu presidente, no dia 7 de setembro de 2011.

Ivan Frota  
Presidente do Clube de Aeronáutica

7 de setembro de 1822.

**Nesse dia, com o Grito do Ipiranga, a Nação Brasileira ganhou identidade, independência, soberania e liberdade. Hoje, corre grande risco de perdê-las.**

Enfrenta a Nação Brasileira, neste instante, uma fase de perigoso retrocesso moral e político, gerada por acidentes históricos de caráter eleitoral, que submeteram o País ao poder de lideranças contrárias aos valores tradicionais da sociedade nacional.

Pequenos deslizos deram lugar a deploráveis casos de corrupção aos olhos perplexos da Nação que esperava, ao contrário, a valorização da competência, da responsabilidade, da justiça e da honestidade no trato da coisa pública.

Os principais tópicos que se referem a essas distorções desnudam os inúmeros perigos que rondam a soberania, a moral e o próprio Estado de Direito em nosso País, arbitrando-se apresentar tais ameaças agrupadas em áreas que, tradicionalmente, compõem o conjunto do Poder Nacional de um Estado.

## EXPRESSÃO POLÍTICA

### ABSOLUTISMO DO PODER

– Nepotismo explícito e “aparelhamento” dos quadros públicos com a multiplicação de órgãos de governo ocupados por militantes do partido vitorioso e dos demais partidos coligados (hoje, cerca de 39 ministros), frequentemente, sem qualificação cultural ou técnica para dirigi-los.

– Falência da imagem da “oposição” no legislativo federal, caracterizando a figura do “partido único”.

– Alguns membros (ministros do STF) comprometem a lisura da independência do Judiciário em relação ao Executivo.

– Cooptação eleitoreira por meio da distribuição de demagógicas benesses financeiras com o dinheiro público (Bolsa-família, indenizações políticas, UNE, MST, etc.).

### Corrupção pandêmica e impunidade

– Crescente evasão financeira pública (empréstimos favorecidos a países de inclinação esquerdista) concorre para que sejam pagos, pela sociedade brasileira, os maiores tributos públicos do mundo.

– Sanções político-criminais como penas de reclusão, multas e devolução dos recursos desviados dos cofres públicos, impedidas devido às espúrias “blindagens” decorrentes do corporativismo político-ideológico. A demissão e o afastamento da função são as únicas sanções, eventualmente adotadas, quando deveriam ser somente o início do processo punitivo.

### Tibieza e incompetência nas relações internacionais

– Pusilanimidade do governo, ao ceder às pressões internacionais de toda ordem, devido a um alinhamento equivocado com governos de esquerda, no continente americano e no mundo (Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador, Irã, etc.).

– Desvirtuamento da tradicional e respeitada diplomacia do Itamaraty pela intromissão indevida do Executivo em ações diplomáticas, eventualmente, desprezando o assessoramento dos quadros profissionais do Serviço Diplomático.

– Sem nenhum indicio de planejamento e consenso diplomático, desprezando a sólida posição geopolítica conquistada pelo Brasil no cenário internacional,

tornou-se uma constante, no campo político das decisões, sobrepor-se os interesses estrangeiros aos brasileiros, ficando, assim, constatada a *diplomacia da generosidade*.

– Alguns exemplos dessa prática no continente sul-americano são a entrega leniente da refinaria da Petrobras para a Bolívia; a revisão prática do Tratado de Itaipu, com o aumento de preço da energia fornecida pelo Paraguai; os financiamentos favorecidos a Cuba; a passividade em face dos abusos de Rafael Correa (Equador) contra a Odebrecht; etc.

### Soberania e Integridade nacionais

– Agravos à soberania nacional pela subordinação da política governamental a ditames providos de fontes externas de poder – Estados estrangeiros, agentes econômicos e movimentos conservacionistas e ambientalistas – que visam a dificultar o desenvolvimento do Brasil. Organizações-Não-Governamentais (ONG), de inspiração forânea, dão suporte a tais movimentos, dispendo de total liberdade de ação em território brasileiro, fato inadmissível em nações mais desenvolvidas.

– Perigo de perda de território e de “balcanização” do País, com absurdas

cessões de propriedades nas regiões desenvolvidas do País para pretensos grupos quilombolas e de vastas áreas decorrentes das demarcações de reservas indígenas, na Amazônia, áreas estas fartas de recursos estratégicos raros e de valor inestimável, incluídas, nessa alienação fundiária, as terras da União previstas na CF-88 (Art. 20, § 2º e Emenda Constitucional nº 23/1999), conhecidas como “faixa exclusiva de fronteira”.

– Criminosa adesão à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, o que abre caminho para reivindicações, com o apoio de algumas instituições religiosas a serviço de outros governos, de independência política das terras que ocupam. Tais ações, conduzidas por organismos internacionais, apoiadas por ONG de atividades duvidosas, resultam da antipatriótica condescendência que tem marcado as frágeis políticas de governo, que contrariam os legítimos interesses brasileiros e motivam o surgimento de perigosos sentimentos divisionistas.

– A maneira como vem sendo formulada e implementada a política indigenista, a reboque de pressões externas e de acordos espúrios firmados por nossa diplomacia, gera conflitos perturbadores

na atividade econômica, desestabiliza a Federação e fragiliza a plena soberania brasileira sobre seu território.

## EXPRESSÃO ECONÔMICA

### Insegura administração central da economia

– Inexistência de um concreto plano nacional de desenvolvimento, com ausência de política econômica definida e a conseqüente falta de estratégias e diretrizes correlatas, vinculadas a orçamentos e programas, bem como de definição de responsabilidades pelo seu cumprimento.

– Desnacionalização da economia por meio da troca por “moeda de papel” de ativos e bens nacionais, incluindo a absorção ou a perda de controle acionário de empresas para entidades alienígenas não residentes, sendo algumas estatais estrangeiras.

### Dependência econômica

– Declínio da participação industrial na formação do PIB nacional, devido ao elevado custo de produção (Custo Brasil); favorecimento das importações; pauta de exportações alicerçada em *commodities* e não em produtos industrializados;

perda da competitividade; excesso de consumismo.

#### Descontrole financeiro

– “Bolha” de crédito com estímulo à entrada de capital especulativo e com elevada taxa de juros (a maior do mundo).

– Valorização excessiva do mercado imobiliário das grandes cidades, com grave risco de falências em bloco, após a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

– Crescimento dos índices inflacionários acima dos limites estabelecidos.

#### Infraestrutura logística

– Marinha Mercante incipiente, fato que atenta contra a soberania e a segurança nacionais, tendo em vista que cerca de 90% do comércio exterior do País transita pelo mar. Quase a totalidade dos navios petroleiros da FRONAPE são licenciados com terceiras bandeiras.

– Ineficiente sistema rodoviário, apesar dos bilhões de reais do orçamento do setor, solapados pela desídia e pela corrupção dos administradores encarregados dos diferentes modais.

– Crescente demanda por transporte terrestre, aquático e aéreo, tanto nas áreas urbanas quanto interurbanas, poderá levar o País, em curto ou médio prazos, a um grave estrangulamento logístico.

– Oferta de energia elétrica já abaixo da necessidade, sem previsão de implantação de novas fontes de fornecimento, devido à incompetência governamental de gerenciar as obras em andamento (Hidroelétrica de Belo Monte e transposição do Rio São Francisco)

#### Vulnerabilidade da produção petrolífera

– Perigosa redução da produção, mormente, do petróleo *offshore* tem submetido o País à necessidade de importação de grande quantidade desse insumo, além de fazer concessões especiais para exploração das jazidas nacionais por entidades estrangeiras.

## EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

#### Enfraquecimento da Sociedade devido à decadência moral

– Destruição do núcleo do lar e distorção do seu tradicional conceito, com efeitos nefastos na manutenção dos valores da família transmitidos às crianças em casa e que se solidificavam na escola, para toda a vida, inclusive, com a destruição, para sempre, do tradicional princípio de “honrar pai e mãe”.

– Degradação da moral e da ética, com incentivo à aceitação dos relacionamentos homossexuais, por meio da absurda distribuição governamental, nas escolas do primeiro grau, de kits com material para difusão dessa prática, sob a denominação de “estímulo ao conhecimento da diversidade sexual”.

#### Revisionismo histórico e divisionismo racial

– Perda do respeito aos pais, às instituições, ao patrimônio público, aos feitos e vultos históricos e aos símbolos da nacionalidade, mediante a prática de verdadeiro revisionismo histórico. A História do Brasil tem sido escrita, segundo a visão marxista de seus autores e, assim, transmitida às gerações atuais de estudantes.

– Mais de quinhentos anos da história do País são, simplesmente, reduzidos ao conflito entre opressores e oprimidos, pobres e ricos, brancos e negros, elite europeia e índios espoliados. Perdem-se, pois, os fundamentos da própria nacionalidade.

– O histórico orgulho brasileiro da miscigenação exemplar e pacífica cai por terra com a introdução das cotas raciais para quase todas as atividades da sociedade, onde se reúnem, de um lado, os brancos e, do outro, os pardos ou não brancos (nestes, incluídos os negros, mulatos, índios, mamelucos, amarelos e outros).

#### Baixo nível do sistema educacional

– Precariedade do ensino, tanto intelectual quanto comportamental, tendo seu uso como instrumento de doutrinação político-partidária ou ideológica e não como fator de desenvolvimento individual e social. Não sem razão, o Brasil de hoje encontra-se nas últimas posições no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

– Uso da Pedagogia e da Sociolinguística para fins de doutrinação da juventude, com deturpação das regras gramaticais e redacionais, negando-lhe, assim, a cognição, a fim de conduzi-la a um patamar cultural propício à sua dominação pelo Estado.

## EXPRESSÃO MILITAR

#### Forças Armadas desatualizadas

– Incapacidade de garantir a soberania do País e de responder, à altura, a eventuais ameaças externas, além de comprometer a integridade nacional, por não despertar confiança na comunidade mundial, o que se tornou evidente ao não se aceitar o Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

– Essa mesma comunidade mundial, por sua vez, exerce influência no governo brasileiro para que mantenha as Forças Armadas defasadas e impotentes para reagir, caso se concretize qualquer ameaça à integridade territorial. As peças do “xadrez político” são unicamente mexidas pelos “parceiros” de além-fronteiras.

– Dotações orçamentárias insuficientes sofrem, ainda, severos contingenciamentos rotineiros, que as condicionam a um reaparelhamento mínimo, comprometendo o preparo dos meios militares com qualidade e quantidade adequadas, cenário agravado por uma humilhante política de achatamento salarial da tropa (o mais baixo nível de remuneração do serviço público federal).

– O uso do argumento de “índole pacífica do povo brasileiro” e as investidas políticas de nações belicistas, no sentido

de manter improdutivo seu parque de material de defesa e desaparelhadas as Forças Armadas, vêm justificando uma criminosa desatenção contra eventuais aventuras belicistas de gananciosos agentes externos, ávidos por usufruir dos bens do imenso e rico território nacional. Esquecem-se esses que – “Entre nações não existe amizade, mas, sim, interesses”, e que “uma nação pode permanecer 100 anos sem ter uma guerra, porém, não poderá passar, nem um minuto sequer, sem estar para ela preparada”. Se a beligerância não é própria do brasileiro, tem sido a característica de dominação de outros povos.

Condescendência perigosa de chefes militares pela aceitação silenciosa de ação gramscista, que lhes impõe ideias antagônicas às tradições castrenses, sob a roupagem camuflada do “politicamente correto”.

– No campo interno, ressalta o revanchismo político e a subversão ideológica praticados por elementos ligados ao partido governista, sistematicamente, direcionados contra as Forças Armadas, como instrumento de sua desagregação na sociedade, funcionando como traição ao País, com feições de pouco inteligente suicídio nacional.

## EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLOGICA

#### Formação Profissional

– Educação não comprometida com a formação de mão de obra qualificada nem com o desenvolvimento técnico-científico, gerando um elevado número de analfabetos funcionais (20,3%), tornando o País um eterno dependente e importador de tecnologia avançada.

Regras excessivamente castradoras das Universidades brasileiras, impostas pelo governo federal, dificultam a formação de doutores e lhes limitam as ações, o que, praticamente, inviabiliza a pesquisa séria e torna quase impossível a criação e o registro de patentes nacionais.

## SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA (SISBIN)

– Vulnerabilidade a ataques cibernéticos contra os sistemas informatizados do País – governamentais, econômicos, políticos, militares, técnico-científicos, de segurança pública, etc. – sem a respectiva capacidade tecnológica necessária para se contrapor a tais ações.

– Impossibilidade de o Estado atuar na produção e na difusão de conhecimentos indispensáveis ao processo decisório governamental, devido às limitações impostas pela própria legislação que o regulamenta.

## CONCLUSÃO

Este documento caracteriza um preocupante alerta ao povo brasileiro, visando a conscientizá-lo dos perigos que poderão levar o País a uma situação de instabilidade institucional como, também, de grave vulnerabilidade estratégica.

No âmbito interno, foram atingidos elevados níveis de corrupção e de descontrole do poder público, levando a sociedade brasileira a perder a confiança nas instituições maiores e a ter dúvidas quanto à efetiva vigência do Estado de Direito em nosso Território.

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com frequência, assumem posições que depõem contra a seriedade no desempenho de suas responsabilidades funcionais.

No campo internacional, o planeta demonstra perigosa fragilidade de coesão em consequência da insegurança econômica coletiva, que não poupa, nem mesmo, as outrora inexpugnáveis nações.

Evidencia-se, ainda, a instabilidade política epidêmica, com foco no Oriente Médio, acompanhada de decorrentes lutas fratricidas.

Assim, a crise do sistema financeiro internacional e a possibilidade de eclosão de vários conflitos políticos regionais, em face da atual insegurança institucional do Estado Brasileiro, poderão estimular o recrudescimento da cobiça externa, no sentido de permitir que a cúpula do “governo mundial” possa aproveitar a oportunidade da convulsão doméstica, para antecipar a execução de seus eternos planos de dominação.

É, pois, fundamental e urgente que providências objetivas sejam ultimadas para interromper o perigoso ciclo descendente na vida nacional.

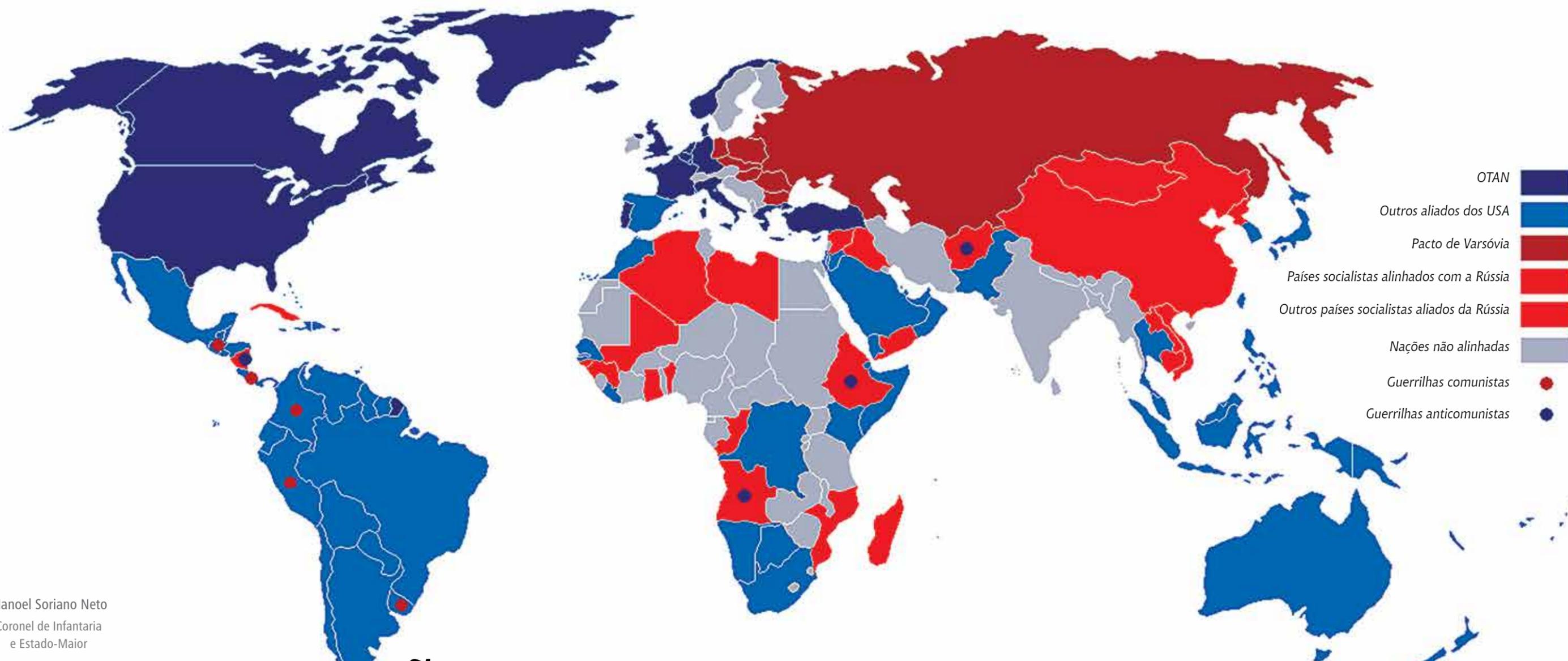
Três medidas simultâneas, de caráter emergencial, destacam-se como prioritárias para o Brasil, neste momento:

– **Limpeza orgânica do tecido, em franca decomposição, do Estado Brasileiro, com a severa punição dos corruptos e irresponsáveis do poder público, e a adoção de comportamento restritivo e vigilante que atue nos pontos críticos desse verdadeiro caos social.**

– **Elaboração de objetivo programa de reequipamento militar, de modo a conferir, em prazos curtos, real efeito dissuasório para as Forças Armadas, no contexto internacional.**

– **Atitude enérgica do Povo Brasileiro por meio de manifestações públicas e da imprensa confiável para protestar contra esse estado de apreensão da Sociedade, a fim de exigir dos líderes das Instituições Nacionais a correção das ameaças ao Estado Democrático de Direito denunciadas neste documento** ■





Manoel Soriano Neto  
Coronel de Infantaria  
e Estado-Maior

# A REVOLUÇÃO de 31 de MARÇO de 1964

## Uma análise sumária de suas causas

### CAUSA REMOTA (MEDIATA)

**A** Intentona Comunista de 1935. Este hediondo episódio de nossa História pode ser sintetizado por duas palavras: traição e covardia. O comunismo, após o “intento diabólico” de novembro de 1935, passou a ser ampla e profundamente repudiado pelos integrantes do Exército Brasileiro.

Não considero o “Tenentismo”, como querem muitos, uma das causas remotas do Movimento, apesar do patriotismo e idealismo (“regeneração da Pátria”) de jovens oficiais tais como Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes e outros, que

participaram ativamente da Revolução de 1964. É que houve uma ofensa violenta à hierarquia e à disciplina, quando vitoriosa a Revolução de 1930, ocasião em que os “Tenentes” passaram a chefiar superiores hierárquicos, por conta das funções que exerceram, como as de interventores em vários estados. Um dos objetivos da Revolução de 1964 era, em especial, a restauração da disciplina e da hierarquia, fortemente violentadas...

### PRINCIPAIS CAUSAS RECENTES (IMEDIATAS)

a) A renúncia de Jânio Quadros. O Presidente Jânio Quadros renunciou

ao mandato em 25 de agosto de 1961. Tal atitude ocasionou uma grave crise político-militar, posto que os Ministros Militares eram contrários à posse do Vice-Presidente João Goulart.

O regime parlamentarista foi a solução encontrada para evitar-se uma guerra civil.

Em janeiro de 1963, realizado um plebiscito, João Goulart assume, plenamente, os poderes presidenciais, iniciando-se um perigoso período de instabilidade política, de inflação galopante, de agitações no campo, nas cidades, no meio estudantil, político, sindical e militar, de constantes e programadas greves de cunho ideológico etc.

Diga-se que o estado de caos daquela

época teve o total repúdio da Imprensa, do Clero, de grande parte do Congresso Nacional, da imensa maioria da população ordeira e laboriosa e das Forças Armadas – à exceção de uma minoria atrelada ao fictício “dispositivo militar” do Governo Federal.

b) A fundação, em maio de 1962, da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

A criação dessa entidade, de cariz esquerdista, ocorreu à revelia dos regulamentos militares, dando início a um nocivo “sindicalismo militar”, assaz pernicioso às Instituições Militares.

c) A Revolta dos Sargentos em Brasília.

Em 12 de setembro de 1963, ocorreu uma rebelião em Brasília-DF, desencadeada por Sargentos da Marinha e da Aeronáutica e motivada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou ilegal a elegibilidade das Praças. Diga-se que, estranhamente, naquele dia, o Presidente da República ausentara-se da Capital Federal, só regressando depois de debelada a revolta.

d) O Comício de 13 de março de 1964. Em 13 de março de 1964, realizou-se na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, um monumental comício, com a presença do Presidente da República, de vários Ministros (inclusive o da Guerra) e de gradas

autoridades da Nação. Foram prometidas as reformas, “na lei ou na marra”, e pronunciados diversos e incendiários discursos que pregavam a desobediência civil, a luta de classes, a subversão em todas as expressões do Poder Nacional etc.

e) A Circular Reservada do Chefe do EME, General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco, datada de 20 de março de 1964.

Nessa Circular, o Chefe do EME prevenia seus subordinados para o acelerado processo de instauração de uma “Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desenvolvimento em maior escala de

agitações generalizadas do ilegal poder do CGT”. Advertia que “as Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos”. E, adiante: “A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. A insurreição é um recurso legítimo do povo”.

E mais à frente: “Entraram as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.”

Como se observa, o General Castello Branco já vislumbrava uma iminente revolução comuno-sindicalista, pelo que são muito coerentes as afirmações de que a “Revolução de 31 de março de 1964” (o termo “revolução”, usado pelo jurista Francisco Campos, na caracterização do Movimento de 1964, era necessário, juridicamente, como veremos) foi, na realidade, uma “Contra-Revolução”.

O Coronel Jarbas Passarinho, em magistral artigo de título “A História Revisada”, in “Correio Braziliense”, de 3 de abril de 2001, afirma: “O 31 de Março foi uma contra-revolução, maciçamente apoiada pela sociedade civil, a imprensa à testa, o Congresso por sua ampla maioria, a Igreja igualmente”.

f) O Manifesto “Sentinelas Alertas”.

Em 22 de março de 1964, a Imprensa publicou um Manifesto de setenta e dois generais da Reserva aos seus irmãos de armas, de título “Sentinelas Alertas”, em que os signatários alertavam a nação e as Forças Armadas, quanto às ações ilegais do Presidente da República, que extrapolava os “limites da lei” (esta expressão era da Constituição de 1946, como comentaremos depois), e estimulava a inversão de valores no meio militar.

g) O Motim dos Marinheiros.

Em 25 de março de 1964, 1.400 sócios da já mencionada Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) amotinaram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, gritando palavras-de-ordem e dando vivas a João Goulart e ao Almirante Aragão (Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais). Os insurretos exigiam o reconhecimento da ilegal AMFNB; a anulação das punições impostas aos membros da diretoria da dita Associação; a imediata substituição do Ministro da Marinha; a modificação de regulamentos militares; a elegibilidade das praças das Forças Armadas; o aumento de vencimentos etc.

O Ministro da Marinha determinou, em 26 de março, que um contingente de Fuzileiros Navais cercasse os sublevados e os prendesse. Tal contingente se insubordina, abandona as armas em via pública e adere aos amotinados.

O Ministro da Marinha se demite e o Presidente da República nomeia para o Ministério, o Almirante da Reserva Paulo Mário, notoriamente esquerdista, e reconduz o Almirante Aragão para o Corpo de Fuzileiros Navais.

Na tarde de 27 de março, a marujada passa a comemorar as vitórias obtidas, deixa o Sindicato e sai em passeata pelas ruas, carregando nos braços, o Almirante Aragão, ele fardado.

Em vista da perturbação da ordem, foi determinado o cerco e a prisão dos insurgentes, executados pelo Exército.

h) A reunião do Clube Naval.

Em 29 de março de 1964, centenas de oficiais da Marinha se reuniram no Clube Naval, no Rio de Janeiro, declarando-se contrários à “destruição da Marinha e das Forças Armadas pela quebra da disciplina e da hierarquia”. A reunião redundou em um manifesto ao povo brasileiro, da parte de 1.500 oficiais daquela Força, em que afirmavam “ter chegado a hora de o Brasil defender-se”. A Imprensa apoiou o manifesto, que teve grande repercussão no Congresso Nacional e nas duas outras Forças.

i) A Reunião no Automóvel Clube.

Em 30 de março de 1964, realizou-se uma megarreunião com o Presidente da República no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, que congregou cerca de 2000 militares (a maioria Praças) das FFAA e Polícias Militares, com a destacada presença do Almirante Aragão. Como ocorrera no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, vários oradores usaram da palavra, inclusive o Presidente da República, proferindo discursos inflamados e atentatórios a princípios basilares das Forças Armadas, em defesa do “sindicalismo militar”, das “reformas de base” etc., com ameaças de sérias “represálias do povo” aos opositores dessas reivindicações. A televisão mostrou “ao vivo” aquelas cenas deploráveis. Era a gota d’água que faltava... Quem as viu, pôde sentir, sem dúvidas, que estava próxima a deposição de João Goulart. De fato, no dia seguinte, o “Destacamento Tiradentes”, de Minas Gerais, deslocava-se para o Rio de Janeiro...

j) As “Marchas da Família com Deus e pela Liberdade”.

Foram manifestações espontâneas, ocorridas nas principais Capitais do País. Era o povo nas ruas, aos milhares (em especial as mulheres, portando terços, imagens, velas, faixas etc.) num protesto cristão e democrático contra o que se passava no Brasil do início dos anos 60, do século passado. Tais marchas, de fortíssimo conteúdo emocional, muito influíram para o desencadeamento da Revolução de 1964.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS POUCO LEMBRADAS

a) O porquê do termo “Revolução”

1) Houve necessidade de se caracterizar o Movimento como de natureza revolucionária (implantação de uma Nova Ordem), tendo em vista o imprescindível respaldo jurídico para a investidura no exercício do Poder Constitucional.

2) O renomado jurista Francisco Campos foi o principal redator do Ato

Institucional nº 1 e, neste documento que passou à História Política do Brasil, usou o termo “revolução”. Vejamos o preâmbulo do Ato: “É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir no Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução”. No texto do precitado AI-1, encontra-se o seguinte: “Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela edita normas jurídicas, sem que nisto esteja limitada pela normatividade anterior à sua vitória”. Ainda no preâmbulo do Ato ficou expresso: “Fica, assim, bem claro, que a Revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”.

3) Sob tais fundamentos, o Comando Supremo da Revolução manteve a Constituição Federal de 1946, com algumas modificações, e o Congresso Nacional.

Eis, portanto, o principal motivo por que o Movimento – civil e militar de 1964 – para usarmos expressão inculpada no Ato Institucional nº 1, é considerado uma “revolução”.

4) Repita-se o que já consignamos anteriormente. A Revolução de 31 de Março foi uma reação a uma muito provável e iminente revolução comuno-sindicalista (como alertou à Nação, em 20 de março de 1964, o inesquecível General Castello Branco). Destarte, o histórico Movimento de 1964 pode ser tido, com muita propriedade, como uma revolução oposta a outra revolução, de cunho ideológico e sectário, que estava em avançado andamento. Uma “contra-revolução”, pois, como hoje afirmam vários estudiosos do assunto, o Coronel Jarbas Passarinho, o mais gigante deles.

b) A infringência da ordem jurídica pelo Presidente da República.

1) Quando da deflagração da Revo-

lução de 1964, estava em vigor a Constituição de 1946.

A nossa *Lex Legum* de então continha preceitos muito claros e que foram indubitavelmente infringidos pelo Primeiro Mandatário da Nação e por gradas autoridades da República. Tal fato implicou, entre outras deletérias conseqüências, no solapamento dos princípios da autoridade, da disciplina e da hierarquia, em vários escalões da administração pública e máxime nas Forças Armadas, como poderemos demonstrar.

2) Tais preceitos constavam da CF/46. O parágrafo único do artigo 83 explicitava o compromisso do Presidente da República, no ato da posse: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República e observar as suas leis”. O artigo 176 primava por sua clareza: “As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da Lei”.

O artigo 177 também era bastante cristalino: “Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”.

Ora: se o Presidente ao pregar abertamente a quebra da constitucionalidade e a subversão, estimulando a luta de classes nas Forças Armadas, com flagrante ofensa, torne-se a frisar, à hierarquia e à disciplina (comício de 13 de março de 1964, apoio a marujos sublevados e reunião de confraternização com Sargentos das FFAA e Polícias Militares, em 30 de março de 1964) agia fora dos “limites da lei” (ver artigo 176, da CF/46), em frontal testilha com as normas constitucionais, normas essas que as Forças Armadas eram obrigadas a garantir (artigo 177, CF/46)...

Daí o General Castello Branco ter alertado, repita-se, em 20 de março de 1964: “A insurreição é um recurso legítimo do povo”.

3) E mais: o Estatuto dos Militares e o Código Penal Militar, vigentes à época, impunham ao militar a obrigação do cum-

primento de ordens, tão-somente se elas fossem estritamente legais. Vejamos:

a) o Estatuto dos Militares (Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946) prescrevia, *in verbis*: “Art 31. Cabe aos militares a responsabilidade integral das decisões que tomam ou dos atos que praticam, inclusive na execução das missões e ordens por eles taxativamente determinadas.

Parágrafo Único. No cumprimento de ordem emanada de autoridade superior, o executante não fica exonerado de responsabilidade prática de qualquer crime”.

b) O Código Penal Militar (CPM) – Decreto-Lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944 asseverava, *ipsis litteris*, em seu artigo 28 e parágrafo 10: “Art 28. Se o crime é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem de superior hierárquico, em matéria de serviço, só é punível o autor da coação ou da ordem.

§ 1º Se a ordem do superior tem por objeto a prática de ato manifestamente criminoso, ou há excesso nos atos ou na forma da execução, é punível também o inferior”.

Do exposto, conclui-se que aos militares era defeso, sob pena de cometerem crime, o cumprimento de ordens flagrantemente atentatórias à lei e à ordem, que pusessem em risco, por exemplo, a autoridade, a disciplina e a hierarquia, pilares constitucionais das Forças Armadas. Tais ordens eram dadas, costumeiramente, pela cúpula do chamado “dispositivo militar” do governo deposto em 1964. Não foram cumpridas pela imensa maioria das tropas enviadas para barrar, em 31 de março de 1964, os deslocamentos da 4ª Divisão de Infantaria (Minas Gerais) e do II Exército (São Paulo) na direção da cidade do Rio de Janeiro... Tudo de acordo com os ditames da CF/46, do Estatuto dos Militares e do Código Penal Militar (CPM).

## APRECIÇÕES FINAIS

A finalidade deste despretensioso trabalho foi a de apresentar, de escantilhão, algumas considerações acerca do vitorioso

Movimento de 31 de março de 1964, pouco abordadas, tais como as de cunho jurídico-constitucionais.

Em apertada síntese, pode-se afirmar que a Revolução Brasileira de 31 de março 1964 foi, basicamente, uma reação inevitável do povo contra os propósitos antidemocráticos do Governo João Goulart para a implantação de uma “República Sindicalista” com forte viés comunista. Mas, principalmente, foi uma reação de autodefesa das Forças Armadas contra a sua manifesta destruição, em vista de constantes e criminosos (por isso, inadmissíveis!) atentados à disciplina e à hierarquia, fundamentos de quaisquer Instituições Militares, em qualquer lugar do mundo. Era evidente que as altivas, gloriosas e invictas Forças Armadas brasileiras não tinham, como não têm, a vocação de monges bizantinos, que cavam discutindo “sexo dos anjos”, enquanto os seus inimigos atacavam Bizâncio; assim, não iriam deixar-se abater, como indefesos cordeiros...

Alguns conceitos são paradigmáticos e imutáveis para os militares, em que pese o sabor da época, e deveriam ser bem compreendidos pela sociedade. O acatamento à disciplina e à hierarquia é um verdadeiro totem para a classe militar que, apesar de ser uma só, é estratificada em vários círculos hierárquicos.

Aprende-se nas casernas e nas escolas militares, que a profissão militar é um sacerdócio. Aprende-se, outrossim, a obedecer; no pátio da Academia Militar das Agulhas Negras é exibida, há mais de sessenta anos, uma frase lapidar: “Cadete: Ides Comandar, Aprendei a Obedecer”.

Os verdadeiros Soldados pautam a sua conduta por princípios fundamentais como a Honra, o Dever, a Lealdade, a Disciplina, a Hierarquia e o Patriotismo. A esse respeito, convém lembrar os sábios ensinamentos de Santo Tomás de Aquino, o “Doutor Angélico”, ao condenar a inveja e o igualitarismo e ao se referir à obediência devida aos superiores por parte dos subordinados, à hierarquia, enfim.

“É mais merecedor o Mestre, que

*sabe para si e para transmitir, do que o discípulo mais capaz de aprender; aquele que projeta, do que o artífice mais capaz de executar; o capitão que traça os planos do que o soldado mais afoito que o segue. É maior, portanto, o mérito do bom e justo Chefe do que o de seus subordinados mais aptos; e maiores não de ser os seus merecimentos e crescerá a sua recompensa, pois o Chefe é o Mestre de seus súditos, o arquiteto dos grandes planos e o Capitão das grandes pelejas”...*

## CONCLUSÃO

Passaram-se os anos. Houve erros, evidentemente, durante os governos revolucionários, talvez o maior deles, a perda da “batalha da comunicação social”.

Tais erros merecem ser perquiridos e criticados, mas não de forma arrasadora. É importante e necessário o revisionismo histórico, isento, fidedigno, amoral no sentido sociológico – olímpico, distanciado das paixões, para que historiadores, pesquisadores, sociólogos e outros cientistas sociais possam realizar uma análise correta da História.

Quanto à Revolução de 1964, é imperioso que se ressalte o fato de que após os governos dos cinco Generais, o Brasil ficou aparelhado, mormente em sua infra-estrutura econômica (energia, transportes e telecomunicações), para dar o grande salto de qualidade, o que, desafortunadamente, não ocorreu... Éramos a 43ª economia mundial em 1964 e, ao término do ciclo dos governos linhas atrás referidos, alcançamos o patamar de 8ª economia do mundo! Porém, a análise daquele período foge ao escopo deste trabalho.

Nos dias de hoje, com o fim da bipolaridade e a queda do Muro de Berlim, somos de parecer que deve ser exacerbado o sentimento de patriotismo, de brasilidade. Tal sentimento deveria pairar acima dos partidarismos e das ideologias e servir de motivação, em particular para a juventude de nosso País.

É consabida, hodiernamente, a

existência da cobiça internacional sobre a Amazônia brasileira e a Base Aérea de Alcântara-MA (base, aliás, localizada na “Amazônia Legal Brasileira”).

Por isso, a nossa Amazônia deve ser muito bem guardada e defendida, por meio, inclusive, da estratégia dissuasória da “resistência”, estudada pelo Exército Brasileiro, já faz dez anos.

Também, nesse preocupante cenário, não esqueçamos da “Amazônia Azul”, feliz expressão consagrada pelo atual Comandante da Marinha, para caracterizar o aumento do espaço marítimo e econômico brasileiro com a recente e grande expansão da “Zona Econômica Exclusiva” (ZEE), que somada à plataforma continental, totalizará uma extensão de 4,2 milhões de km<sup>2</sup> (!), ou seja, cerca de metade do vasto território nacional (uma outra “Amazônia”, não “Verde”, mas “Azul”).

Esse desiderato com relação à Amazônia Brasileira somente será atingido quando muito robustas forem a Vontade Nacional e a Coesão dos brasileiros, ultrapassadas as mazelas e sequelas que nos dividiram nos idos dos anos 60 do século passado. Utopia? Claro que não, pois quem estudou com percuciência o caráter nacional, conhece a generosidade da “alma brasileira”.

Fato digno de nota foi a edição recente pela Biblioteca do Exército, do “Projeto História Oral do Exército”, a respeito da Revolução de 31 de março de 1964. Já foram publicados 12 tomos, estando mais dois no prelo. É a Força Terrestre preservando a sua história, os seus valores, as suas tradições.

Aduza-se, por derradeiro, que a Revolução (ou Contra-Revolução) de 1964 é um fato histórico que não deveria ser deturpado, como sói acontecer na atualidade, porquanto História é verdade e justiça.

Que os seus ensinamentos sirvam para fortalecer a nossa união, pois se nos desavirmos de forma inapelável, disso se valerá a cobiça internacional, hoje uma triste realidade sobre este nosso “país tropical, abençoado por Deus”... ■

# Nomes e Homens

Nelson Rodrigues  
(1912 - 1980)

Foi um importante dramaturgo,  
teatrólogo, jornalista,  
cronista esportivo  
e escritor brasileiro.

Não há nome intranscendente e repito: qualquer nome insinua um vaticínio.

Todo o destino de Napoleão Bonaparte está no seu cartão de visitas. Ao passo que um J. B. Martins da Fonseca não tem nenhum destino especial e vou mais longe: não tem destino. Quando batizaram William Shakespeare, o padre poderia perguntar-lhe: “Como vão tuas Obras completas?”. No simples “William Shakespeare” estava implícita a música verbal do seu teatro.

Mas um certo nome exige uma certa cara. Napoleão Bonaparte pedia um perfil napoleônico. Um Gengis Khan precisa de fotogenia. Ou então um John Kennedy. O que era o presidente assassinado senão o queixo forte, plástico, histórico? Ele venceu Stevenson e depois Nixon porque tinha as mandíbulas crispadas do Poder. Por isso, o tiro arrancou-lhe o queixo. Outro: Churchill, com a sua maravilhosa cara de bulldogue. Em todos os citados, cara e nome, justapostos, explicam uma nítida pré-destinação.

Fiz essa pequena introdução para chegar ao nosso presidente. Quando começou o jogo de candidaturas, disse eu: “Ganha esse, pelo nome e pela cara”. Não é impunemente que um homem se chama Emílio Garrastazu Médici. Tiremos o Emílio e fica Garrastazu. Tiremos o Garrastazu e ficará o Médici. Bem sei que essa meditação sobre o nome pode parecer arbitrária e até delirante.

Não importa, nada importa. Depois vi a sua fotografia. Repeti, na redação,

para todo o mundo ouvir: “É esse o presidente”. Ora, numa redação há sempre uns três ou quatro sarcásticos. Um deles perguntou: “Só pelo nome?”. Respondi: “Pelo nome e pela cara”.

Como já disse, a história e a lenda também exigem uma certa fotogenia. E senti que Emílio Garrastazu Médici tinha um perfil de moeda, de cédula, de selo. Organizem uma retrospectiva presidencial e verão que os nossos presidentes são baixos. Getúlio era baixíssimo, embora tivesse um perfil histórico e, digamos, cesariano. Epitácio foi fisicamente pequeno. Era a pose que o fazia mais presidencial. Garrastazu Médici é o nosso primeiro presidente alto.

Dirão vocês que eu estou valorizando o irrelevante, o secundário, o fantasista. Desculpem o meu possível equívoco. E se me perguntarem porque estou dizendo tudo isso, eu me justificarei explicando: conheci, domingo, o Presidente Emílio Garrastazu Médici. E o pretexto para o nosso encontro foi um jogo de futebol.

Outra singularidade do chefe da nação: gosta de futebol e sabe viver, como o mais obscuro, o mais anônimo torcedor, todas as peripécias dos clássicos e das peladas. Isso é raro, ou melhor dizendo, isso é inédito na história dos presidentes brasileiros. Imaginem um Delfim Moreira, ou um Rodrigues Alves, ou um Wenceslau Brás entrando no estádio Mario Filho. Qualquer um desses perguntaria: “Em que time joga o Fla-Flu?”, “Quem é a bola?” ou “O corner já chegou?”.

O nosso presidente sabe tudo de futebol. Eu diria que hoje nenhum brasileiro será estadista se lhe faltar a sensibilidade para o futebol. Mas dizia eu que foi um jogo – São Paulo x Porto – que nos aproximou. Na sexta-feira passada, o Palácio das Laranjeiras começou por me procurar. Se eu fosse terrorista não seria tão perseguido. Finalmente, falo ao telefone com o Palácio. O secretário de Imprensa queria me transmitir um convite. Onde e a que horas poderia falar comigo? Marcamos o encontro.

Simplesmente, o presidente Médici me convidava para assistir, a seu lado, na inauguração do Morumbi, o jogo internacional. Eu iria, com S. Exa., no avião presidencial. O presidente fazia o maior empenho em que o acompanhasse.

Confesso, sem nenhuma vergonha, que o convite me fascinou. O que têm sido as nossas relações com os presidentes da República? Nada. Sim, há entre nós e o presidente uma distância infinita, espectral. E o Supremo Magistrado, como se diz, é um ser misterioso, inescrutável, sinistro. No meu caso, o presidente se dispunha a acabar com a distância e me receber na áspera solidão presidencial.

De mais a mais, o Brasil vive o seu grande momento. Eis o nosso dilema: o Brasil ou o caos. O diabo é que temos a vocação e a nostalgia do caos. É o momento de fazer o Brasil ou perdê-lo. Esse Garrastazu Médici é, neste instante, uma das figuras vitais do país. Eu ia vê-lo, ia ouvi-lo. Sim, ouvir os ruídos da sua alma profunda. Todo o mundo tem, no bolso do colete, o seu projeto de Brasil. Garrastazu tem o seu e pode realizá-lo. Ao passo que nós não temos força para tapar um cano furado. Bem. Aceitei o convite, ressaltando: iria de tudo, menos de avião. “De automóvel?”, perguntou o secretário de Imprensa. E eu: “De qualquer coisa” – e repeti – “nunca de avião”.

Sábado, o meu filho Nelson me levou a São Paulo no seu Fusca. Durante a viagem, uma pequena mas intolerável inibição instalou-se em mim: “Chamarei o presidente de ‘excelência’ ou simplesmente de ‘senhor’?”. Imaginava que o Poder desumaniza o homem. Seria Garrastazu uma figura áspera, hierática, enfática? Pensava, ao mesmo tempo, num episódio recente.

No jogo do Grêmio, e antes de ser presidente, e antes da definição das candidaturas, o general Garrastazu Médici desce ao vestiário. Vejam se vocês conseguem imaginar um Delfim Moreira, ou um Epitácio num vestiário de futebol. Pois o general chega e pergunta: “Como é, Alcino,

que você vai me perder aquele gol?”. No Fusca do meu filho Nelson eu queria crer que um homem assim é um brasileiro vivo e não uma pose, e não uma casaca, e não uma faixa, e não uma condecoração.

No dia seguinte, estava eu no aeroporto. Tivemos uma primeira conversa e, durante o dia, uma outra, e uma terceira, e uma quarta. Vi a seu lado a inauguração (ou a décima inauguração do Morumbi). Ora, no momento não há nada mais importante do que saber o que pensa, o que sente, o que imagina, o que quer um presidente da República investido de tantos poderes. No meio do jogo, ele insistia para que eu voltasse no seu jato. Digo, por fim:

“Está certo, presidente. Vou voar pela primeira vez”.

É preciso não esquecer o que houve nas ruas de São Paulo e dentro do Morumbi. No estádio Mário Filho, ex-Maracanã, vaia-se até minuto de silêncio e, como dizia o outro, vaia-se até mulher nua. Vi o Morumbi lotado, aplaudindo o presidente Garrastazu. Antes do jogo e depois do jogo, o aplauso das ruas. Eu queria ouvir um assobio, sentir um foco de vaia. Só palmas. E eu me perguntava: “E as vaias? Onde estão as vaias?”. Estavam espantosamente mudas.

Até Domingo, às seis e meia, sete da noite, eu não entrara jamais num avião pousado, num avião andando, num avião voando. Lá em cima não há paisagem; e, se não há paisagem, estamos fazendo a antiviagem. Conversamos longamente. Houve um momento em que ele me disse: “Sou um presidente sem compromissos. Só tenho compromissos com a minha pátria”. Eis um homem que fala em pátria, em “minha pátria”. Para a maioria absoluta dos civis, “pátria” é uma palavra espectral, “patriota” é uma figura espectral. E as nossas esquerdas fizeram toda a sorte de manifestações. Não berravam, não tocavam na “pátria”. Nas passeatas berravam em cadência: “Vietnã, Vietnã, Vietnã”. Pichavam os nossos muros com vivas aos vietcongs, a Cuba.

Nenhuma alusão à pátria, nenhuma

referência ao Brasil. E, no entanto, vejam vocês: o Amazonas tem menos população do que Madureira. Aquilo é uma gigantesca Sibéria florestal. E as esquerdas só pensavam no Vietnã, e só pensavam pelo Vietnã e só bebiam pelo Vietnã.

Certa vez, conversei com um membro da esquerda católica. Exortei-o a desembarcar no Brasil. Disse-lhe que, na pior das hipóteses, temos paisagem. Citei o Pão de Açúcar, o Corcovado. Mas ele batia na tecla obsessiva e fatal: “O Vietnã, o Vietnã, o Vietnã” etc. Ainda no meu elã paisagístico, fiz a apologia da Vista Chinesa, recanto ideal para matar turista argentino. Mas havia entre mim e ele a distância que nos separa do Sudeste Asiático. Eis o que o meu amigo propõe: que os brasileiros bebêssem o sangue uns dos outros como groselha.

Antes de se despedir, o membro da esquerda católica concentrou sua ira nas Forças Armadas. Acusou-as de incapazes, de ineptas, de relapsas. “Os militares nunca fizeram nada”, afirmou. Desta vez, perdi a minha paciência.

Tratei de demonstrar-lhe que os militares fizeram tudo. No sete de setembro (e Pedro Américo não me deixa mentir) foram sujeitos de esporas e penacho que deram o grito do Ipiranga; e, se os militares não fizeram nada, que faz a espada de Deodoro na estátua de Deodoro? Foi a inépcia militar que fez a República, assim como fizera a independência. Em 22 e 24, era o sangue militar que jorrava como a água, a água da boca dos tritões de chafariz. Em 30, em 32, em 35, foram os militares. Assim em 89. Retirem as Forças Armadas e começará o caos, o puro, irresponsável e obtuso caos.

Há anos e anos que eu não digo “pátria”. E quando o presidente Garrastazu falou em “minha pátria”, experimentei um sentimento intolerável de vergonha.

Esse soldado é de uma natureza simples e profunda. Está disposto a tudo para que não façam do Brasil o antiBrasil. Seja como for, deixará este nome para sempre: Emílio Garrastazu Médici. ■



# Reafirmação democrática

## 31 de março de 1964

Anysio Alves Negrão

Cel Ex

É preciso que se entenda a grande estratégia criada em 1937 por Francisco Campos. A evolução política brasileira, depois de 1945, deveria formar três linhas distintas, representadas por partidos. O Partido Social Democrático (PSD) e sua tradicional adversária, a União Democrática Nacional (UDN), interagiriam dentro de um contexto de tese e antítese: Estado (PSD) x Economia (UDN), fazendo gerar uma síntese a favor do trabalhador ou da sociedade civil. Nessa concepção fundamentou-se o surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A evolução permitiu o aparecimento de outros partidos.

O interessante é que a Era Vargas terminou em 1945 e 17 anos após, em 1962, o PTB chega ao Governo com Jango. E em 1985, a Reafirmação Democrática completa a abertura, e, dezessete anos após, em 2002, o PT assume o Governo com Lula.

No Governo Juscelino Kubitschek, do PSD, iniciou-se a industrialização graças à ajuda que o País recebeu pela participação na Segunda Guerra Mundial. Brasília tornou-se a capital da esperança e o símbolo do progresso.

Jânio Quadros assumiu dentro da linha oposicionista, da UDN, mais ligada ao capital do que ao Estado. Não foi feliz e ensinou que o vice, João Goulart, assumisse o Poder, representando, dentro daquela dialética, a síntese do trabalhismo (PTB).

O que aconteceu é que as manifestações trabalhistas do Presidente João Goulart geraram uma insegurança muito grande. Depois de todo o sucesso do Governo Juscelino, a nação ficou apreensiva sobre o futuro.

Esse era o ambiente político nacional, no fim de 1963. Era visível a marcha do movimento sindicalista lado a lado com

o avanço comunista. Cabe lembrar que existiam os “grupos dos onze”.

À época, servindo no Rio de Janeiro, percebia a preocupação do Chefe do EME, General Castello Branco, com as manifestações que acabaram precedendo o desencadeamento da Revolução, como o comício da Central do Brasil e outras. Contudo, surgiram iniciativas populares que a elas se contrapunham, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo. Mas não houve uma conspiração e nem um comando pré-revolucionário.

Não houve conspiração, volto a afirmar. O General Castello Branco não gostava do termo Revolução. Veja que ele criou a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e poderia tê-la chamado de aliança revolucionária, mas preferiu renovadora.

Em minha opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional na deflagração da Revolução de 1964.

O General Castello Branco, se não me engano, esteve, em maio de 1964, no Itamaraty, fez um discurso em que abordou a reforma política, de modo semelhante à concepção de 1945, objetivando a evolução do Estado. Em lugar do PSD, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Como oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na mesma perspectiva da antiga UDN.

Em torno da ARENA, reuniu-se o grupo de políticos favoráveis à consolidação da autoridade do Estado. Organizaria a ordem econômica, a social, a política, a jurídica, a religiosa, todas as “Ordens” da sociedade. Os políticos do MDB seriam os reagentes, quer dizer, poderiam movimentar-se, à vontade, contra o que o Estado fizesse. Deixou-se para organizar a síntese, o Partido dos Trabalhadores (PT), a *posteriori*.

O General Castello Branco, assim, formou primeiro o núcleo do Estado: ARENA e oposição. O choque dos dois geraria uma terceira força a favor dos trabalhadores. Foi essa a sua concepção: o Estado (ação), a Sociedade (reação) e o Trabalho (consequência). Este último seria uma decorrência da composição entre o Estado e a Economia.

No período de Reafirmação Democrática tivemos influências internacionais que obrigaram a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O AI-5 foi uma opção pela continuidade de um Estado fortalecido militarmente. Poderia ter sido adotada, evidentemente, outra solução, mas as condições políticas daquele momento, em níveis nacional e internacional, aconselharam a evolução política dentro de um Governo militarizado. Um ato de Reafirmação Democrática!

O General Ernesto Geisel, que fora Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco, conhecia o pensamento dele e veio assumir o Governo para fazer a transição lenta e gradual para os civis.

O General Figueiredo, quando presidente, esteve em São Bernardo do Campo para a criação do PT, justamente para que a redemocratização imaginada pelo General Castello Branco chegasse à síntese, que era o trabalhador.

Acredito que o Presidente Castello Branco ainda receberá o reconhecimento público que lhe é devido pelos motivos expostos. Já li muitos comentários de escritores que seriam oposição, na época, mas que por justiça enalteceram seus méritos de estadista.

Tudo o que está acontecendo no Brasil é consequência da visão estratégica do Presidente Castello Branco na redemocrati-

zação brasileira: fortalecimento do Estado, da Economia, depois do Trabalho. Essa concepção evoluiu dentro das circunstâncias nacionais e internacionais, ocorrendo, em determinada época, estímulo à permanência dos militares no poder. Os Presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo vieram para realizar a “abertura”. O Congresso participou dos fatos, sem problemas.

Ao se analisar o Brasil pós-1964, até hoje, vemos que não tivemos mais crises político-militares, mas apenas políticas e restritas ao Congresso. Acabou-se tudo, nem a inspiração subversiva do comunismo internacional animou-se a prosseguir.

O reconhecimento ao General Castello Branco está na realidade brasileira. A própria criação do Partido dos Trabalhadores estava prevista nos estudos prospectivos da Reafirmação Democrática de 1964. E essa estratégia foi estabelecida no Governo dele.

Nesse caso, existe outro aspecto também. O poder tem luz própria. É muito difícil encontrar um líder que valorize outras lideranças. Ninguém diz que é consequência; todos querem ser a causa do sucesso. O próprio PT tem que reconhecer que sua criação foi uma “abertura”, diria escancarada, estimulada ou autorizada pelo próprio Governo do Presidente João Figueiredo, ao pressentir as aspirações políticas concebidas pelo General Castello.

Gostaria de dar um testemunho. Houve no período pós-1964 a desmobilização política das Forças Armadas, porém a desmobilização nacional das Forças Armadas, iniciada no Governo Collor, culminou no Governo Fernando Henrique Cardoso. A desmobilização política levada a efeito pelo General Castello Branco foi compensada com a criação de mecanismos nacionais que deram a garantia e a segurança para o Estado: Polícia Federal, Ministério Público, desenvolvimento das comunicações, cassação política limitada à Segurança Nacional, criação do SNI e consolidação de Brasília como capital, reforma política e reforma militar, além de outras.

Hoje, falar em segurança e desenvolvimento é “coisa da ditadura”, mas percebe-se que a falta dessa discussão está trazendo prejuízos ao País. A “des-

*mobilização nacional das Forças Armadas*” tirou aquele halo ou aquela aura do Estado brasileiro e deu chance ao desenvolvimento da filial brasileira do crime organizado mundial. Não creio que tenha sido essa a intenção do Presidente Fernando Henrique, mas, inegavelmente, o Estado – os três Poderes – perdeu aquela proteção das Forças Armadas, abrindo espaço para a ocupação do crime organizado e da corrupção.

Castello Branco quis evidenciar, certamente, a supremacia do Poder Civil – por isso acredito que, algum dia, a Revolução de 1964 receberá o reconhecimento público.

Os próprios políticos, honestamente, a reconhecem. O Governo Médici neutralizou a guerrilha e ampliou a infraestrutura. O Estado estava fortalecido. O Presidente Ernesto Geisel fez a “abertura lenta e gradual” e o Presidente Figueiredo permitiu que todas as ideias fossem desenvolvidas, e passou o Poder à oposição. Parece-me que, nos países ocidentais, modernamente, apenas o Brasil e a Espanha praticaram essa estratégia.

O Presidente José Sarney pôde empreender o “*tudo pelo social*”, lema de seu Governo, porque o Estado e a Economia estavam fortalecidos, frutos da concepção de Segurança e Desenvolvimento da Reafirmação Democrática de 1964. Temos que admitir que a presença do Presidente Lula no Governo é exatamente o resultado de um Estado com uma Economia forte. Falta-nos desenvolver atividades em benefício da população.

Creio, também, que houve o seguinte: a “*ditadura*” se “*autoabriu*”, e não apareceram condições que permitissem fazer surgir um grande herói nacional “*vermelho*” capaz de empunhar a bandeira da “*abertura*”.

Quando o General Figueiredo, último Presidente da Reafirmação Democrática, procedeu à “*desmobilização político-militar*” e passou o Governo dentro do processo evolutivo do País, os que regressavam do exílio não tinham interesse em dizer que haviam sido repatriados pela “*ditadura*”. Nenhum político cometera esse “*suicídio*”.

Quanto às afirmações de que a Revolução teria se demorado no Governo,

diria que ela não teve condições de fazer a “*abertura*” concebida, tendo em vista as circunstâncias internacionais e a necessária evolução política nacional. Mas, quando chegou o momento exato, em que os interesses internacionais na desestabilização do Governo passaram, o Presidente Ernesto Geisel iniciou o projeto de distensão lenta, gradual e segura. Seguiu a concepção, que ele conhecia, de Castello Branco.

Em relação aos momentos mais difíceis da Revolução no período pós-1964, creio que tenha sido a morte do General Castello Branco. Pelo respeito que infundia nas pessoas de todo o País, ele certamente teria sido ouvido. Talvez os caminhos trilhados fossem outros. Pode-se dizer tudo sobre Castello Branco, mas ninguém cita qualquer ato dele de corrupção e arbitrariedade. Sua morte desarmou o idealista da síntese do trabalho como garantia do Estado. Outro momento crítico ocorreu em 1968, dada a expansão do MCI (Movimento Comunista Internacional). Pouco antes, os dirigentes da “*Reafirmação Democrática*” já projetavam o retorno da eleição direta. As mortes do General Castello Branco e, depois, do General Costa e Silva, alteraram um pouco a previsão do processo evolutivo nacional, no sentido de serem alcançados aqueles objetivos políticos e econômicos citados anteriormente.

Ao tempo dos Governos revolucionários as Forças Armadas jamais auferiram algum tipo de vantagem. Castello Branco realizou a desmobilização política das Forças Armadas estampada na reforma militar empreendida. As Forças Armadas preocuparam-se em manter uma estrutura capaz de cumprir sua destinação constitucional de defesa do Estado, de suas instituições e de segurança nacional.

Um detalhe importante. O General Castello Branco deixou o Governo com o genro desempregado e com um irmão, funcionário do Ministério da Fazenda, demitido por ele próprio. O motivo da demissão foi seu irmão ter recebido, como presente, um automóvel (Aerowillys), como reconhecimento pela ajuda que dera na solução de uma reivindicação ligada à organização da

carreira da Receita Federal, há muito aguardada pelos funcionários. O Presidente achou viável o pleito e a lei foi elaborada. Quando o General Castello Branco soube do fato, pelos jornais, imediatamente fê-lo devolver o automóvel e afastou-o do cargo. Esse irmão veio a falecer no mesmo acidente que vitimou o General Castello.

Quando passou a Presidência, ao desembarcar do avião da Presidência que o trouxe ao Rio de Janeiro, utilizou o próprio automóvel particular, trazido por mim, para dirigir-se à sua residência. Então, esse era o comportamento. Quando viajávamos a serviço e éramos assistidos pelos cofres públicos não se recebiam diárias. Essa preocupação do General Castello com a lisura impregnou a todos do Governo do período de Reafirmação Democrática do Brasil.

O Presidente João Figueiredo passou dificuldades financeiras no fim da sua vida. Sou testemunha, porque, como seu antigo auxiliar, fui convocado pelos companheiros que o acompanhavam, no Rio de Janeiro, antes que Deus o levasse. Como residia em Brasília, pediram-me que relatasse ao Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, que o Serviço de Saúde do Exército fosse orientado e assistisse o General Figueiredo.

Analisem como ficaram os ex-presidentes militares! Levantem os seus bens quando morreram! São provas inequívocas de honestidade e de honradez no trato da coisa pública.

É preciso não se esquecer de que a Reafirmação conduziu um processo evolutivo de redemocratização do País. Todo o processo evolutivo político, da ARENA para o PDS, do MDB para o PMDB e o PT, foi realizado no Governo Figueiredo.

Estes últimos são os partidos mais antigos que temos, atualmente.

À época, o orçamento das Forças Armadas era bem minguado. O Presidente Ernesto Geisel, logo que assumiu o Governo, aliviou as Forças Armadas da dependência do exterior, revendo antigo acordo que favorecia a vinda de equipamento militar para o Brasil. Estimulou a fabricação, no País, do material de emprego militar de que necessitávamos. É outro argumento para

mostrar que os militares nada usufruíram econômica ou politicamente.

*Sobre a chamada Lei da Anistia e a “abertura” feita pelo Governo Geisel, constata-se que a “abertura” sempre foi um fim a ser alcançado, durante o período de Reafirmação Democrática. A Constituição de 1967 já previa, mas injunções internacionais do final da década de 1960 retardaram-na.*

Quando da edição do AI-2, Artigo 26, parágrafo único, o General Castello Branco se autocassou, tornando-se inelegível.

Quanto à anistia, sempre foi um procedimento da política brasileira, desde o Império. O Patrono do Exército, o Duque de Caxias, denominado o Pacificador, defendeu, no seu tempo, a anistia. Outro ponto que se pode considerar é de inspiração religiosa. Até hoje, graças a Deus, não temos pena de morte. Na prática da política brasileira, todos os governantes que foram demitidos tiveram a assistência do Estado. Nenhum deles foi conduzido preso ou algo parecido: Pedro I, Pedro II, Deodoro da Fonseca, Washington Luiz, Getúlio Vargas, que continuou em São Borja, e o próprio João Goulart, pois utilizou um avião da Força Aérea Brasileira para deslocar-se até Porto Alegre, acompanhado por quem ele quis, chegou ao Uruguai, com asilo político já autorizado. Felizmente, não tivemos esses conhecidos rompantes de abuso do Estado, na nossa História. Procedimento que enaltece, e, acredito, seja um fator favorável à imagem internacional do Brasil.

No tocante à mídia em geral, a desmobilização das Forças Armadas retirou da Nação o interesse por notícias que se relacionam com as suas atividades. A mídia vive da oportunidade de assuntos que tragam interesse.

É impositivo que haja reconstrução das Forças Armadas, voltada também para dois caminhos, que verifico serem importantes: o SOCIAL e o CULTURAL.

O Brasil vem perdendo os seus valores culturais diante do desenvolvimento dos meios de comunicações. Nossos filhos conhecem mais a História, aí incluída a História Militar, de outros países do que a brasileira. Denomino essa mobilização de

reconstrução da família brasileira, para a preservação da Cultura do Brasil.

No tocante ao Poder Judiciário, observa-se que Castello Branco não aceitava, por formação democrática, qualquer tipo de censura. Considerava a liberdade como fator fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Não foi por outra razão que jamais cerceou a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário. Evitou que ocorressem cassações de direitos políticos no Poder Judiciário. Ele disse que gostaria de ser julgado pela justiça brasileira, pelos seus juizes. Depois, pressionado pelas circunstâncias políticas internas, ampliou o número de juizes do Supremo Tribunal Federal de 7 para 11 juizes.

Atento às questões culturais, o Governo Castello Branco sancionou a Lei nº 4.845/1965, que proíbe a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no País, até ao fim do período monárquico. Ainda em 1965, desapropriou a área onde foi criado em 1971, pelo Presidente Médici, o Parque Nacional Histórico dos Guararapes. A acertada iniciativa buscou preservar a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira das tropas luso-brasileiras, e os locais das memoráveis batalhas travadas, durante a ocupação holandesa, nos Montes Guararapes, nos anos de 1648 e 1649, considerado berço da nacionalidade brasileira, de onde ainda ecoam os valores nacionais da união dos brasileiros.

Diante do exposto, penso que os militares não quiseram mandar no País. Eles, inspirados por Castello Branco, agiram de acordo com o pensamento civilista de Rui Barbosa e apoiados no ideal de Alfred de Vigny: “*Servir o País e ter grandeza para não cobiçar o Poder*”. Pensamento que, desde o início da nossa República, orientou as ações militares brasileiras e se materializou na estratégia para a Reafirmação Democrática consolidada pelo General Castello Branco, desde 31 de março de 1964.

Há, porém, uma necessidade estratégica nacional de reconstrução militar do Brasil com base em seu destino histórico para a evolução cultural e social dos brasileiros unidos em sua caminhada “*Cruz e Espada*” ■

# JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO

Roberto Marinho  
Jornalista

O Globo e os ideais da revolução

*Ao deixar comprovado, em recente conversa com correspondentes internacionais, que a Rede Globo nunca recebeu qualquer concessão de canais durante os governos militares, objetivei reiterar, mais uma vez, que participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, então ameaçadas pela radicalização ideológica, greves políticas, desordem social e corrupção generalizada. Em editorial que assinei, publicado em nossa edição de 7 de outubro de 1984, sob o título "Julgamento da Revolução", tive oportunidade de lembrar que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários. No momento em que o processo de redemocratização se implantava, em 1984, julgamo-nos na obrigação de ressaltar as conquistas sociais e econômicas dos governos revolucionários, ao mesmo tempo em que advertíamos sobre a necessidade de se evitarem as manobras casuístas que se tramavam contra a volta do país ao estado de direito. Fomos claros ao enunciar que "adotar outros rumos ou retroceder" seria "trair a revolução no seu ato final". Agora, ao esclarecer que não recebemos favores ou privilégios de qualquer natureza, em troca de uma colaboração que visava exclusivamente ao atendimento dos interesses nacionais, desejamos simplesmente reiterar a coerência que mantemos com a trajetória de O Globo, desde os tempos da Aliança Liberal, quando lutamos contra os vícios da Primeira República, pugnando sempre por uma autêntica democracia.*

Roberto Marinho - O Globo, 20/01/1990.

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas antirevolucionárias, mantivemo-nos firmes e nossa posição. Prossequimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente.

Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir o controle do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários.

O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia, e progresso econômico e social do País. Em 1964, teria de unir-se aos companheiros jornalistas de jornadas anteriores, aos 'tenentes e bacharéis' que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, aos quais sob a pressão de grandes marchas populares, mudando o curso de nossa história.

Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação de nossa economia, que se encerrou em 1977. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional bruto cresceu à taxa média anual de 10%. Assinale-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decrescera de 96% para 12,6 % ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares. Na era do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juros,

impondo-nos, uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjunção de fatores que violaram a administração de nossas contas externas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário. Nas respostas que a sociedade e o governo brasileiros deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar das dificuldades, reduzir de 80 % para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões para 45 milhões e 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos 20 anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a 49ª economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda *per capita* de 900 dólares; somos hoje a 8ª, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média *per capita* de 2.500 dólares.

O Presidente Castello Branco, em seu discurso e posse, anunciou que a Revolução visava à arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e política. Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se o objetivo supremo da preservação dos princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito. Em 24 de junho de 1978, o Presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o Decreto-Lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do *habeas-corpus*. Cessava a competência do Presidente para

decretar o fechamento do Congresso e a intervenção nos Estados, fora das determinações constitucionais. Perdia o Executivo as atribuições de suspender os direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.1 (Comissão Geral de Inquéritos) e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões e que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam.

Enquanto vários líderes oposicionistas pretenderam considerar aquelas medidas fundamentais como "meros paliativos", o então Deputado Tancredo Neves, líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental "foi além do esperado".

Ao assumir o Governo, o Presidente Figueiredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização. A concessão da anistia ampla e irrestrita, as eleições diretas para Governadores dos Estados, a colaboração federal com os novos Governos oposicionistas na defesa dos interesses maiores da coletividade são demonstrações de que o presidente não falou em vão.

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964

Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem afastamento do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu ato final ■

# GOLPE À BRASILEIRA

Marco Antônio Villa  
Historiador e Professor



Às vésperas dos 50 anos do golpe militar torna-se necessário um resgate da História para entendermos o presente. Em 1964 o Brasil era um país politicamente repartido. Dividido e paralisado. Crise econômica, greves, ameaça de golpe militar, marasmo administrativo. O clima de radicalização era agravado por velhos adversários da democracia. A direita brasileira tinha uma relação de incompatibilidade com as urnas. Não conseguia conviver com uma democracia de massas num momento de profundas transformações. Temerosa do novo, buscava um antigo recurso: arrastar as Forças Armadas para o centro da luta política, dentro da velha tradição inaugurada pela República, que já havia nascido com um golpe de Estado.

A esquerda comunista não ficava atrás. Sempre estivera nas vizinhanças dos quartéis, como em 1935, quando tentou depor Getúlio Vargas por meio de uma quartelada. Depois de 1945, buscou incessantemente o apoio dos militares, alcinhando alguns de “*generais e almirantes do povo*”. Ser “do povo” era comungar com a política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e estar pronto para atender ao chamado do partido numa eventual aventura golpista. As células clandestinas do PCB nas Forças Armadas eram apresentadas como uma demonstração de força política.

À esquerda do PCB havia os adeptos da guerrilha. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era um deles. Queria iniciar a luta armada e enviou, em março de 1964, o primeiro grupo de guerrilheiros para treinar na Academia Militar de Pequim. As Ligas Camponesas, que desejavam a reforma agrária “na lei ou na marra”, organizaram campos de treinamento no País em 1962 - com militantes presos foram encontrados documentos que vinculavam a guerrilha a Cuba. Já os adeptos de Leonel Brizola julgavam que tinham ampla base militar entre soldados, marinheiros, cabos e sargentos.

Assim, numa conjuntura radicalizada, esperava-se do presidente um ponto de equilíbrio político. Ledo engano. João

Goulart articulava sua permanência na Presidência e necessitava emendar a Constituição. Sinalizava que tinha apoio nos quartéis para, se necessário, impor pela força a reeleição (que era proibida). Organizou um “dispositivo militar” que “cortaria a cabeça” da direita. Insistia em que não podia governar com um Congresso Nacional conservador, apesar de o seu partido, o PTB, ter a maior bancada na Câmara dos Deputados após o retorno do presidencialismo e não ter encaminhado à Casa os projetos de lei para tornar viáveis as reformas de base.

Veio 1964. E, de novo, foram construídas interpretações para uso político, mas distantes da História. A associação do regime militar brasileiro com as ditaduras do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai) foi a principal delas. Nada mais falso. O autoritarismo aqui faz parte de uma tradição antidemocrática solidamente enraizada e que nasceu com o Positivismo, no final do Império. O desprezo pela democracia rondou o nosso país durante cem anos de República. Tanto os setores conservadores como os chamados progressistas transformaram a democracia num obstáculo à solução dos graves problemas nacionais, especialmente nos momentos de crise política. Como se a ampla discussão dos problemas fosse um entrave à ação.

O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 – até o Ato Institucional nº 5 (AI-5) –, com toda a movimentação político-cultural que havia no País. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982.

Que ditadura no mundo foi assim?

Nos últimos anos se consolidou a versão de que os militantes da luta armada combateram a ditadura em defesa da liberdade. E que os militares teriam voltado para os quartéis graças às suas heroicas ações. Num país sem memória, é muito fácil reescrever a História.

A luta armada não passou de ações isoladas de assaltos a bancos, sequestros, ataques a instalações militares e só. Apoio popular? Nenhum. Argumenta-se que não havia outro meio de resistir à ditadura a não ser pela força. Mais um grave equívoco: muitos desses grupos existiam antes de 1964 e outros foram criados pouco depois, quando ainda havia espaço democrático. Ou seja, a opção pela luta armada, o desprezo pela luta política e pela participação no sistema político, e a simpatia pelo foquismoguevarista antecederam o AI-5, quando, de fato, houve o fechamento do regime. O terrorismo desses pequenos grupos deu munição (sem trocadilho) para o terrorismo de Estado e acabou sendo usado pela extrema direita como pretexto para justificar o injustificável: a barbárie repressiva.

A luta pela democracia foi travada politicamente pelos movimentos populares, pela defesa da anistia, no movimento estudantil e nos sindicatos. Teve, em setores da Igreja Católica, importantes aliados, assim como entre os intelectuais, que protestavam contra a censura. E o MDB, este nada fez? E os seus militantes e parlamentares que foram perseguidos? E os cassados?

Os militantes da luta armada construíram um discurso eficaz. Quem os questiona é tachado de adepto da ditadura. Assim, ficam protegidos de qualquer crítica e evitam o que tanto temem: o debate, a divergência, a pluralidade, enfim, a democracia. Mais: transformam a discussão política em questão pessoal, como se a discordância fosse uma espécie de desqualificação dos sofrimentos da prisão. Não há relação entre uma coisa e outra: criticar a luta armada não legitima o terrorismo de Estado. Temos de refutar as versões falaciosas. Romper o círculo de ferro construído, ainda em 1964, pelos adversários da democracia, tanto à esquerda como à direita. Não podemos ser reféns, historicamente falando, daqueles que transformaram o antagonista em inimigo; o espaço da política, em espaço de guerra ■

Fonte: O Estadão – Opinião

# 40 ANOS DA PONTE

## O ANIVERSÁRIO DE UM MARCO DA ENGENHARIA

Marco Antonio Esteves Balbi  
Cel Ex



Prezados senhores! Tenho 65 anos de idade e desde que me entendo por gente aprendi a ler jornal. Frequentava a Biblioteca Municipal da minha cidade ou utilizava a sala dos grêmios estudantis para fazê-lo. Até que, muitos anos passados, pude manter uma assinatura regular.

Penso não ser muita pretensão de minha parte escrever-lhes esta carta aberta, com a finalidade de externar meu ponto de vista a respeito de assunto veiculado pelo jornal. Ao receber a edição do dia 9 de fevereiro, vi, logo destacada, a manchete 40 anos da Ponte, ilustrada por uma bela foto daquela que se tornou um símbolo mundialmente reconhecido do Rio de Janeiro e do Brasil.

Entretanto, ao ler o subtítulo e a legenda, confesso que um misto de decepção e porque não dizer, raiva começou a me assaltar. Utilizando-se dos chavões comuns das esquerdas derrotadas e que hoje posam como politicamente corretas, de acordo com a doutrina gramscista em plena aplicação na vida nacional, pareceu-me que, muito mais importante do que ressaltar a importância da obra realizada, a reportagem buscava contribuir para denegrir um período de 21 anos da história brasileira.

Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil passou, inicialmente, em março, prestes a celebrar 50 anos, por uma reação democrática exitosa que implantou um regime de exceção. Os termos que aqui utilizo, e já o faço há algum tempo, em substituição aos termos revolução cívico-militar ou contragolpe, ditadura militar, regime militar ou linha dura ou qualquer outro, eu os apreendi com o ilustre jurista constitucionalista Dr. Ives Gandra da Silva Martins. Sugiro que o entreviste, quando então ele poderá lhes explicar, à luz da jurisprudência e da história, da qual foi partícipe, o porquê da utilização desta terminologia. Reação democrática de março de 1964, que defenestrou o desgoverno Jango e regime de exceção.

O Brasil de Vargas, o Brasil de JK e o Brasil do regime de exceção teve planos, teve metas. SALTE, Plano de Metas e Plano Nacional de Desenvolvimento foram os seus nomes. Cada um dos governos aqui citados procurou cumprí-los da melhor maneira possível. Todos eles tiveram como foco

principal estabelecer e melhorar a deficiente infraestrutura do país.

Castelo Branco, ao assumir o governo, reuniu uma equipe de pessoas com destaque na vida nacional para colocar ordem na casa Brasil, deixada à matroca pelo desgoverno Jango. Para não cansar citaria os nomes de Otávio Bulhões, Roberto Campos, Leitão da Cunha, Arnaldo Sussekind, Pedro Aleixo, Juarez Távora, Juracy Magalhães entre outros. Cumprido o desiderato e eleito seu sucessor, coube a este, Marechal Costa e Silva, elaborar um Plano Estratégico de Desenvolvimento que antecedeu os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Graças a este planejamento, elaborado e cumprido na medida do possível pelos sucessivos presidentes do regime de exceção, é possível o Brasil de hoje usufruir um grande legado, para usar uma palavra da moda, em todos os campos, inclusive o social. Querem um exemplo? O Funrural! Querem outro? O Estatuto da Terra! Poderia citar inúmeros, mas os senhores podem pesquisar, se assim o desejarem. É neste contexto que se insere a construção da “ponte da ditadura”! Ou, a construção de um marco da engenharia! Dentro do planejamento viário realizado, com o Brasil sendo cortado em grandes rodovias longitudinais, transversais e radiais, sucessivamente numeradas, uma das mais importantes era justamente a rodovia 101 que corre paralela ao nosso litoral, desde Chuí até Touros. Desta ligação faz parte a ponte ligando o Rio de Janeiro e Niterói.

Faço uma pausa para abordar o trabalho do Ministério Público Federal e a chamada justiça ou direito de transição. Trata-se de um grupo de procuradores que busca um holofote politicamente correto, onde quer que ele se encontre. Seu alvo principal tem sido atazanar a vida de agentes do estado que lutaram a guerra interna de 1968 a 1974. E venceram, derrotaram aqueles que pretendiam implantar a ditadura do proletariado. Ditadura sim, Cuba sempre lhes serviu de modelo para o regime que queriam viver no Brasil e o que acontece desde 1959 na ilha dos Castro não permite a ninguém se enganar. O Globo aqui seria transformado no Granma. Eis que agora surge um novo alvo. Viram que foram bem sucedidas

algumas substituições em escolas de nomes de presidentes durante o regime de exceção. E, pegando carona na onda, associada ao fato de celebrar os 40 anos da ponte e os 50 anos da reação democrática de março, ajuizaram a ação para a mudança do nome. Diga-se de passagem, até hoje, juiz algum permitiu que estas ações impetradas prosperassem.

Fico pasmo ao ler as ilações da matéria, 40 anos de um marco da engenharia, com a Comissão da Verdade, com o desaparecimento e morte de pessoas nos anos mais sangrentos, número absolutamente inventado, com suspeitas de superfaturamento, ouvindo um permanente consultor do jornal, Carlos Fico. Toda e qualquer matéria do jornal apresenta a opinião deste professor de história. E as opiniões dele sempre vêm a calhar, com a abordagem dos articulistas e a pauta traçada: critique os governos do regime de exceção.

Menos mal que permitiram ao neto do Coronel Andreazza apresentar uma defesa, inimaginável, pela obra do seu avô. Como alguém já citou, “no Brasil até o passado é incerto”.

Toda e qualquer evolução tecnológica provoca avanços. Trata-se de uma falácia afirmar que a Revolução Industrial ou o aperfeiçoamento do agronegócio trouxe desemprego. Num primeiro momento sim, mas imediatamente após, são criados mais e melhores oportunidades de trabalho. Assim, soa quase ridículo citar a perda de emprego dos marítimos pela desativação das sete embarcações que faziam a travessia. Com certeza, logo obtiveram melhores empregos. Como já afirmou Luis Inácio, foi a melhor época de emprego no país, a gente saía de uma fábrica e já estava empregado em outra, com melhor salário. Mas, por favor, falar em milagre econômico soa como autoelogio, não é verdade?

Feita a licitação, venceu o consórcio que ofereceu o menor preço no menor prazo. Como a obra não deslanchava, o governo fatiou o projeto entregando parte ao consórcio segundo colocado. Não houve entendimento, quando, então, o governo desapropriou e encampou a obra, através de uma empresa pública que cumpriu a meta. A reportagem chama este episódio de golpe da linha dura. Mal comparando, corresponderia nos dias atuais o governo encampar a obra paralisada da transposição do Rio Francisco. Alguém no

governo federal se habilita? Além de assumir a obra, o próprio ministro e o seu lugar tenente, Coronel Guedes e suas famílias foram morar no canteiro de obras. Vocês imaginam algum ministro atual indo residir no canteiro de alguma obra Brasil afora?

As autoridades, nos dias atuais, mal dão um rolezinho de helicóptero, com o fotógrafo oficial a bordo, para ficar bem com os eleitores. Quando muito fazem um rápido pouso em local previamente escolhido, para fazer uma série de promessas, verbas, casas, prevenção para o próximo desastre, que nunca são cumpridas.

O Coronel João Carlos Guedes passa a ser estereotipado como aquele sargento de filme americano. Por impor disciplina, metas, cumprimento de cronograma e outras coisas fundamentais para o sucesso de qualquer empreitada, ou será que nas Organizações Globo as coisas não funcionam assim? É citado como durão, de mal bofes e conservador.

Céus, quantos defeitos! Conservador é citado como defeito ou virtude?

Para gerir uma obra que contava com dez mil trabalhadores e 200 engenheiros, apoiados numa cidade para tal erigida, mais uma série de desafios tecnológicos para a época, a figura do coronel pareceu-me fundamental. E, os engenheiros que com ele trabalharam fazem justiça à sua figura: “*Se fosse hoje, a obra seria impossível. Havia hierarquia, mas tínhamos liberdade para trabalhar.*”

A pretensa influência militar no projeto chega a ser risível. Se havia a necessidade de que a altura do vão fosse de 72 metros por exigência da Aeronáutica e para a Marinha 60 metros seriam suficientes, lógico que se atendeu à FAB. Qual a disputa? E o abrigo de 100 a 200 mil pessoas, em caso de catástrofe, nos caixões metálicos do vão central, deve ser atribuído a algum cineasta criativo!

O general Emílio Garrastazu Médici e o Ministro Mário Andreazza foram os primeiros a fazer a travessia entre Rio e Niterói a bordo do Rolls Royce presidencial



Outra abordagem facciosa da reportagem diz respeito ao número de mortos em acidentes de trabalho. Ao relatar que o número oficial é o de 33 mortos, faz ilações com um suposto número de 400 e o que é pior, enterrados, concretados nos pilares, fato sobejamente desmentido. Os repórteres só conseguiram levantar 18 mortos, ou seja, nem encontraram o número oficial atribuído. Ressalte-se que as exigências de prevenção de acidentes de trabalho na época não eram as hoje estabelecidas.

TERCEIRA MAIOR PONTE DO PLANETA QUANDO INAUGURADA, com quase 14 quilômetros, a Rio-Niterói enfrentou DESAFIOS DE ENGENHARIA, o maior deles, ASSEGURAR 300 METROS DE CANAL NAVEGÁVEL NO VÃO CENTRAL (canal principal). Esta frase, senhores, deveria ganhar destaque na reportagem – e não estar escondida – na quarta página. Acrescentando-se que, o pessoal responsável pela manutenção da mesma, assegura que o vão chega aos 40 anos sólido e seguro. O Engenhão, por exemplo, lhes traz alguma ideia de comparação? E mais, planejada para uma capacidade máxima de 50 mil carros, mercê de adaptações, suporta hoje 150 mil veículos. E a gestão de 10 mil trabalhadores na cidade do Fundão erigida com esta finalidade. Este foi o desafio vencido por brasileiros, militares e civis, não para enaltecê-lo este ou aquele governante, governo ou regime, mas porque era fundamental para o Brasil.

Cumpriram a missão! Empregaram bem os recursos que a nação lhes havia destinado, mercê dos seus impostos! E hoje? Onde e como estão sendo aplicados? Estão beneficiando quem? Cadê a transposição do Rio São Francisco? Cadê a Ferrovia Norte-Sul? Cadê os portos e aeroportos? Cadê as rodovias?

Ao abordar a história das vidas de pessoas que, de uma forma ou de outra,

marcaram a trajetória em função da Ponte, mais uma vez, faz questão de destacar que ela é uma obra da ditadura. Felizmente a família do engenheiro morto no que foi o primeiro e talvez mais trágico acidente, quando faleceram 8 trabalhadores, recebeu as indenizações que lhe eram devidas, mesmo que 20 anos depois. 120 vítimas dos terroristas, bandidos, sequestradores que desencadearam a guerra interna de 1968 a 1974 nunca receberam indenização alguma.

Para concluir, na edição do dia 11 de fevereiro, a matéria apresenta a nota informativa do Ministério Público Federal sobre a mudança do nome da Ponte Rio-Niterói e traz artigo de autoria de Carlos Andreazza, neto do Ministro Mário Andreazza, que serviu aos governos Costa e Silva, que não viu a obra concluída, e Médici. Ressalto o seguinte trecho: “a esses revisores da história – tapados pela mistificação, obstruídos pela doutrina do justicamento da memória, cegos aos fatos – não ocorre examinar, portanto, que sem este homem, sem Artur da Costa e Silva, não haveria ponte, tão simples quanto isso...”. E ele relembra ainda que o maior ditador que o Brasil já teve, o mais longo, “cruel, vil, perseguidor, golpista, torturador, no entanto nomeia de goleiro a fundação.” E eu ousaria acrescentar escolas, vias, hospitais e até cidades. Espero, pois, que o MPF inicie, desde já, os processos para abjurar o nome de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”! Vai ser trabalhoso!

Finalmente, na época oportuna, já havia me manifestado, com surpresa e indignação, quando as Organizações Globo decidiram fazer um *mea culpa* e abjurar o apoio dado à reação democrática de março de 1964 e ao regime de exceção que se seguiu. Os editoriais históricos de 1964 e 1984, quando a reação democrática completou 20 anos, entretanto, manterão imaculada a imagem de Roberto Marinho. Democrata convicto, por certo, não aprovaria a decisão tomada por seus sucessores, decisão esta que explica em parte a linha editorial tomada por seus diferentes veículos, da qual, a reportagem veiculada sobre a Ponte Presidente Costa e Silva me parece servir como exemplo. Marco da Engenharia completa 40 anos ■

Luís Mauro Ferreira Gomes  
Cel Av  
Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica

# Reescrevendo a História De Bandido a Falso Herói

Aproxima-se o cinquentenário da Redentora Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, tecnicamente, uma contra-revolução que, se não impediu, conseguiu retardar, pelo menos, até agora, a instalação da ditadura comunista que o grupo que atualmente detém o poder no Brasil e os mentores que o antecedeu procuram impor-nos desde 1935.

Em todas as tentativas, foram derrotados pelo repúdio popular, amparado pela ação enérgica das nossas Forças Armadas, sempre muito democráticas e atentas a todas as ameaças, tanto externas quanto internas, à soberania, ao patrimônio e aos valores do País, assim como à liberdade de seus cidadãos.

Como era de se esperar, recrudescem as campanhas contra os militares nos meios de comunicação escritos e televisados, violentos assédios morais, para não usar o anglicismo “bullying”, indiscriminados contra toda a classe, acusadas mais perversas maldades do mundo, na verdade, praticadas pelos acusadores, que sempre procuram transferir para os outros a responsabilidade pelo mal que causam.

Se hoje não matam mais, nos “paredões” revolucionários, aqueles que se lhes opõem, é porque isso criaria mais problemas do que os resolvidos com a morte biológica dos adversários. Matam-nos social e profissionalmente, o que é tão eficiente quanto, sem os riscos que a eliminação física traria.

Pelo que consta, esta tem ficado reservada para casos extremos, geralmente aplicada a seus próprios militantes (já o faziam nos “justiçamentos”, quando não passavam de terroristas), sempre que se tornam inconvenientes, como teria sido o caso de políticos que ameaçaram o butim decorrente do desvio de dinheiro público em algumas prefeituras por eles administradas.

Esses maus brasileiros instituíram a corrupção e o suborno generalizados. Eles compram tudo e todos, de votos a consciências. Estão, aí, todos os tipos de bolsa, o mensalão e a vergonhosa submissão do Supremo Tribunal Federal.

Lemos a matéria *Tocando as feridas em busca de redenção – Torturados na ditadura procuram a Clínica do Testemunho, oferecida pelo governo, para aprender a lidar com o que viveram*, na edição de 19 de janeiro, do pasquim em que se transformou O Globo, por enquanto dominado por administradores substituídos pelo poder corruptor do Governo, que não hesitaram em vender a memória do Patriarca em troca das migalhas milionárias da propaganda oficial e da rolagem de dívidas não menos milionárias, que lhes ofereceu a atual protoditadura brasileira pela honra que não tinham.

Lamentamos muito a tentativa de transformar, em Pravda, o periódico que, desde menino, ainda comprado pelo pai, transformamos no nosso Jornal. Nem isso conseguiram: simplesmente, o converteram em vulgar arremedo de Granma.

Quase todo o textonão passa de um festival de baboseiras desfiladas para justificar o gasto de dinheiro público para financiar a tal “clínica”, destinada, oficialmente, a prestar assistência psicológica a quem se diga torturado durante o período da Revolução de 31 de Março, mas (autoriza-nos a dizer o comportamento parcial da comissão da verdade, idealizadora de mais esse absurdo) servirá, mesmo, para convencer ex-militantes acomodados a prestar falsas declarações de que foram vítimas de tortura.

De todo o escrito, destacaremos somente uma frase do sambista Paulo Vanzolini: *O importante não é dar a volta por cima, o importante é reconhecer a queda*, citada por um dos entrevistados, frase que, segundo o artigo, se encontra em placa afixada na parede do “Bar do Filé”, que imaginamos, seja ponto de encontro de terroristas de ontem que, agora, usam “torturados”, como nome de fantasia.

Sim, aí está o problema. Foram derrotados várias vezes, mas jamais reconheceram a queda e sempre procuraram “dar a volta por cima”, usando, para tanto, todos os tipos de fraude imagináveis e não-imagináveis.

O próprio desenvolvimento da matéria

referida mostra que, longe de reconhecer as derrotas, ainda tentam contorná-las pela manipulação da História, para transformar os bandidos que foram, e são, em vítimas, em heróis e salvadores da Pátria que negam, traem, roubam, matam e enterram todos os dias. Ao mesmo tempo, procuram transferir para os agentes do Estado que os combateram, por dever de ofício e patriotismo, a pecha de criminosos de que se querem livrar eles próprios, mas lhes impregna até a alma.

São mestres no uso da mentira e isso lhes dá grande vantagem sobre nós, que só propagamos a verdade.

A mentira é sempre muito mais sedutora, porque se renova a todo instante. Seu limite é a capacidade da imaginação dos mentirosos.

Já, a verdade é uma só e, repetida, torna-se monótona: “lá vem esse sujeito com essa história novamente!”

Uma verdade repetida muitas vezes termina por transformar-se em mentira, da mesma forma que “uma mentira mil vezes repetida torna-se verdade”, como teria dito Joseph Goebbels.

Temos repetido muitas vezes: perde-se o jogo, quando as cartas saem desfavoráveis. Quem tenta fraudá-lo consegue, no máximo, enganar os ingênuos, os menos atentos ou os que se querem deixar enganar, por conveniência, receio ou, puramente, para se livrarem da incômoda obrigação de reagir.

É indispensável que os brasileiros procurem interpretar os fatos como são, em vez de assimilarem a retórica sofista dos ideólogos ditos de esquerda.

De vítima, não têm nada! São eles os agentes do mal e não os que os combateram e, eventualmente, os mataram. Aliás, combates e mortes que não teriam existido, se não tivessem levado tão longe a tentativa de, a soldo de governos estrangeiros, implantar o comunismo no Brasil.

Ninguém, de boa-fé, acreditaria em que Cuba ou qualquer outra ditadura comunista quisesse financiar revoluções para impor uma democracia ao Brasil.

Mas o que eles fizeram, afinal?

Resumidamente, decidiram, pessoal e unilateralmente, considerar ilegítimo o Estado constituído no Brasil em março de 1964, por ter sido, então, deposto um presidente eleito, mas que queria, com o uso, este, sim, ilegítimo, das prerrogativas do cargo, impor um regime ditatorial ao País, por meio de reformas constitucionais feitas, como se dizia, “na lei ou na marra”, esquecidos, ainda, de que eleições **livres** são, apenas, um dos muitos pressupostos da democracia que dão legitimidade a um governo.

Assim, resolveram buscar armas, treinamento e dinheiro em ditaduras comunistas, para desestabilizar o governo brasileiro, a que chamavam de ditadura, e substituí-lo por sua própria ditadura do proletariado, sindicalista ou o que mais fosse, hoje chamada, por eufemismo deles mesmos, simplesmente, de “socialismo”.

Pelo que nos querem fazer crer, deveríamos tratá-los com respeito e consideração, admiração, mesmo, e, quem sabe, oferecer-lhes, também, muitas flores e, principalmente, muito dinheiro, como sinal, de arrependimento e apreço.

Quanta bobagem!

Vamos trocar de papéis: imagine o leitor o que aconteceria, se este articulista tivesse meio século de vida a menos, e, portanto, ainda, o vigor da juventude suficiente para a prática de ações mais radicais do que escrever, e, que, por considerar, como verdadeiramente considera, os governos recentes ilegítimos (para isso, há incontáveis razões, entre as quais algumas que listamos no artigo Ditadura da Maioria e Legitimidade), resolvesse armar-se para depor os atuais detentores do poder.

Imagine-se, ainda, que, na busca desse objetivo, assaltasse bancos e quartéis para, respectivamente, financiar armar “a revolução”, indiferente às pessoas inocentes mortas nessas ações; que, também, sequestrasse, por exemplo, o embaixador de Cuba, para trocá-lo, sob ameaça de morte, por colegas criminosos presos; que assassinasse empresários, políticos

e militares, digamos, da Venezuela, da Bolívia, da Argentina, ou de qualquer outro país transformado em republiqueta, por tiranetes bolivarianos; que assassinasse os próprios “companheiros” que, por qualquer razão, fossem considerados ameaça ao movimento.

E que o autor, em uma frustrada tentativa de eliminar a presidente da república, enquanto candidata, em uma das múltiplas viagens em campanhas eleitorais ilegais que faz, matasse um oficial-general petista e um jornalista, além de ferir, gravemente, vários inocentes, entre os quais, uma criança.

Admitamos, finalmente, por absurdo, que fôssemos covarde, como eles foram e são, e, em vez de fazer tudo isso pessoalmente, preferíssemos aliciar jovens idealistas para, depois de armá-los precariamente, enviá-los, desassistidos, para a região do Araguaia, para morrer combatendo o poderoso Estado brasileiro, enquanto continuávamos, na segurança do anonimato e no conforto das cidades, ou, ainda, em um paradisíaco exílio em Paris, a planejar os atos terroristas ou a guerrilha de que participariam os jovens aliciados.

Bem, perguntamos: por quanto tempo o leitor acha que esses títeres travestidos de democratas nos deixariam viver? Alguém acredita em que receberíamos algum tratamento humanitário?

Contudo, não deixa de ser muito elucidativo o exemplo que dão para os jovens, e que deveria ser – e esperamos que seja – adotado por qualquer adolescente que esteja preocupado com o futuro: “Se vocês agirem como eles fizeram ontem e os combaterem hoje, sem regras nem limites, mesmo que sejam derrotados, serão, mais tarde, anistiados de todos os seus crimes, e os que sobreviverem receberão indenizações e pensões vultosas, isentas de imposto de renda.

Com um pouco mais de sorte, poderão, ainda, expiar seus crimes tendo como menagem a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o STF ou algum ministério qualquer. E, para quem sonhar mais

alto, quem sabe, lhe estará reservada a presidência da república.

Já os que morrerem “na luta armada” valerão muito mais mortos do que vivos, pois deixarão pensões riquíssimas para suas viúvas, mesmo que abandonadas ou trocadas por colegas de terrorismo.

Excelente investimento! Para que estudar ou trabalhar? Ser terrorista é muito mais rentável! E ainda dizem que “o crime não compensa”!

Mas, felizmente, *pode-se enganar alguns por todo o tempo ou todos por algum tempo, mas não se pode enganar a todos por todo o tempo*(\*), e os expedientes dessa quadrilha chegarão ao fim.

Por isso, somos muito otimista com relação ao futuro do Brasil, a longo prazo. Se nada fizermos agora, não faltará quem os devolva à lata de lixo da História, de onde jamais lhes deveria ter sido permitido sair. E já há sinais de que isso possa acontecer antes do imaginado.

Sei que seremos cobrados pelo que não fizemos, quando podíamos e deveríamos ter feito, mas ansiamos por estar ainda vivo para ver o fim desse ciclo nefasto da política brasileira, do qual esperamos “não fique pedra sobre pedra”.

(\*) *Pensamento atribuído ao Presidente dos Estados Unidos Abraham Lincoln.*



# A PROBLEMÁTICA DA ÁREA INDÍGENA RAPOSA-SERRA DO SOL

Aildon Dornellas de Carvalho  
Cel Av

Autor do livro "Amazônia - Reflexões sobre a Conquista e o Desenvolvimento"

## ANTECEDENTES

No Brasil, a criação de "terras indígenas" data de 1947. As terras reservadas para tal fim representam 11% do território nacional.

Somente, em 1980, a FUNAI foi o órgão designado para os ESTUDOS e a SELEÇÃO das áreas a serem demarcadas, dentre mais de três centenas.

Na Amazônia, havia uma estimativa de 210 etnias e cerca de 144.000 indígenas, dez áreas de grande porte e centenas

de pequeno porte, correspondendo a 20% da região.

A demarcação é descritiva, baseada em mapas da FUNAI, promulgada por decreto-lei, com origens no Ministério da Justiça. Deve assegurar a sobrevivência, a preservação étnico-cultural, as tradicionais áreas de caça e pesca, a segurança e o registro no PATRIMÔNIO da UNIÃO. Modernamente, foram acrescentadas "áreas de trânsito", o que aumentou, consideravelmente, as terras indígenas.

Em Roraima, foram demarcadas: a área "YANOMAMI", em 1991, com 94.000 km<sup>2</sup> (tamanho dos países da extrema Europa Ocidental), e cerca de 9.000 índios, na região noroeste; e RAPOSA-SERRA DO SOL, em 2005, com 1,747 mil km<sup>2</sup> e cerca de 9.000 "caboclos", agregados com os "vaqueiros".

A estimativa nacional da FUNAI subiu, rapidamente, para 351.000 índios, o que demonstra a não confiabilidade nos dados estatísticos.

O termo "YANOMAMI" foi adotado em 1988 pela ONG de Claudia ANDUJAR, fotógrafa belga, englobando as tribos tradicionais (AUARIS, MAIONGONGS, ECUANAS, GUINAUS, UAICÁS, XIRIANAS, GUARIBAS, ARECUNAS).

## ...UMA PROBLEMÁTICA FORJADA

A problemática da área Raposa-Serra do Sol está na intransigência do Governo em não considerar as "áreas-ilhas", que



destinos. Em 1939, já havia fazenda com 3.000 cabeças.

Foi instituído o "regime da quarta" já adotado pelas fazendas da Igreja em São Marcos e Alto Surumu (de cada quatro rezes criadas, uma era do vaqueiro). A meta era a ENGORDA nos sopés das serras e a exportação para abate em Manaus.

O que seria a demarcação em torno das malocas, em 1980, tornou-se uma intransigente disputa. De um lado, mais radicais, as ONGs, o CIMI, a CIR incitando a técnica de guerrilha, na suposta defesa das minorias oprimidas e dos objetivos sociológicos da FUNAI e do IBAMA.

Os fazendeiros limitavam-se a contabilizar o prejuízo (algumas fazendas perderam 6.000 cabeças em cinco anos).

Daí para a frente, a proibição do trânsito dos brancos e a demarcação contínua foi uma demonstração de força do Governo.

**A Garimpagem:** Grande parte do desenvolvimento e da povoação do Brasil deve-se ao heroísmo dos garimpeiros. As "Minas Gerais", Goiás, Cuiabá, até a Bahia e ao Piauí, com suas pedras brancas e coloridas.

Atualmente, a Amazônia tem as maiores produções de ouro em Serra Pelada, Rio Maria, Redenção, Vale do Tapajós, Madeira, Calçoene etc. Em Roraima, os garimpeiros chegaram cheios de esperança no início da década de 1930. Não se pode negar os vícios que contaminaram os índios e o povoamento do interior, com a corrida do ouro no MAU (1932), o faiscar de pequenas pedras no Quinô e na Serra do Sol (1934), além da explosão de garimpos na Serra do Tepequém (1935). Aparece-

beneficiariam, também os fazendeiros, a maioria com TÍTULOS DEFINITIVOS desde 1927.

Os caboclos aculturados são: MAKUXIS, UAPIXANAS, SAPARÁS, TUALIPANGS, INGARICÓS, PAKUS, SOCÓS, PATAMONAS etc.

Roraima ainda possui duas reservas: Waimiri Atroaris (350 indivíduos, ao sul da BR-174) e poucas aldeias dos imponentes WAI-WAI, no MAPUERA, atualmente concentrados em PORTO TROMBETAS. A "área contínua" acabou com os tradicionais pólos econômicos – agropecuária e garimpo – e, inviabilizou a agricultura do arroz, único aporte da moderna tecnologia. Equipamentos holandeses de última geração são, hoje, monstros agonizantes da oxidação.

## OS PÓLOS ECONÔMICOS

**A Pecuária:** Historicamente, o gado foi introduzido no Rio Branco em 1787, por Lobo D'Almada, capitão de Barcelos. Além do reconhecimento dos "campos gerais", aprovou a localização do Forte São Joaquim e ajudou na implantação de três "Fazendas Del Rey".

Em 1927, vieram os fazendeiros nor-



ram as figuras dos donos de barranco, dos diamantários, dos intermediários e dos intrépidos aviadores que apóiam os garimpeiros.

Os sonhos foram contaminados pela esperança de “bamburrar” (encontrar um grande veio ou uma grande pedra).

Enquanto a sorte não acontecia, os garimpeiros aumentaram a circulação monetária em Boa Vista, mas também, não tendo como vender, contrabandeavam as maiores pedras e pepitas para São Paulo, Rotterdam e Israel.

No período entre 1947 e 1950 já era considerável a produção de diamantes (19.000/13.000 quilates). Em 1990, Boa Vista foi “invadida” por 80.000 garimpeiros e 200 avionetas. A corrida movimentou 85.000 quilates de diamantes e 5.646 kg de ouro.

O garimpo foi fechado pelo Governo, em 1992.

Parágua, o segundo rio diamantífero do mundo, vende sua produção para o Banco Venezuelano, ao preço do dia, em agências próximas aos garimpos.

Hoje o “monumento ao garimpeiro” na praça do centro cívico de Boa Vista, é um marco-fantasma, uma imagem distorcida, de um passado de sonhos.

## FINALMENTE

É difícil opinar sobre fatos consumados. Como se trata de um decreto-lei, é possível uma alteração política. Na prática, os neurônios recebem sinais distorcidos; mesmo assim, ambos os contendores jogaram suas fichas.

A sociedade atônita não compreende como atividades econômicas tradicionais e de desenvolvimento sustentável são trocadas por **áreas indígenas sem planejamentos diretos nem alternativos**.

Em conseqüência, houve um aborto da agricultura do arroz e da soja, onde foram investidos equipamentos de alta tecnologia. Também não entendemos o não aproveitamento da experiência dos Projetos Calha Norte (1986) e SIVAM (1997).

A arrogância dos caboclos proibindo o trânsito dos brancos renova a síndrome do medo a 6.000 habitantes de Pacaraima, 2.000 de Uiramutã e de Normandia e 1.000 de Surumu.

As flexas da radicalização, com o curare dos interesses internacionais, forjaram uma área problemática, com a conivência da lentidão da Justiça e decisões tomadas a 2.400 km do foco.

Fecham-se as cortinas. Um fim melan-

cólico para 72 anos de trabalho. Por ser tão inverossímil, é possível que novos sonhos acalentem novas esperanças.

A História registra atos e fatos, mas somente as verdades históricas permanecem.

*As ONGs escondem as suas verdadeiras intenções e corrompem aqueles que, como os avestruzes, se iludem que não prejudicam o Brasil e se vendem por trinta dinheiros ■*

## POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A AMAZÔNIA LEGAL

Transcrição de trechos da Política Nacional que não foi considerada na questão “Raposa-Serra do Sol”, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

### (Existe (existe?) mas não é seguida)

*O pronunciamento do Senhor Presidente da República, quando da instalação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, em três de dezembro de 1993, estabeleceu os fundamentos essenciais à definição de uma política nacional integrada para a Região Amazônica. Ao “reafirmar nossa soberania para assumir responsabilidade, não para delas nos exirmos”, declarou Sua Excelência que a “responsabilidade, quando se trata de Amazônia, **significa uma política voltada para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos seus mais de 17 milhões de habitantes**”, além de esclarecer que “tal responsabilidade exige um claro compromisso de proteção do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais”.*

*O povo brasileiro tem e exerce, por todos os títulos, soberania indiscutível sobre o Território Amazônico, o qual faz fronteira com sete Países.*

*A eficácia de uma política nacional integrada, especialmente para a Amazônia, que reúne tantas especialidades sócio-culturais, depende da **participação da sociedade civil regional, com o abandono das práticas de decisões tomadas de cima para baixo**, típicas da mais recente fase do autoritarismo político no País.*

*Da mesma forma, a Amazônia apresenta um perfil relevante do ponto de vista internacional: no passado, como região supridora de recursos naturais (drogas do sertão, borracha, recursos minerais) e mais recentemente por seu significado ecológico em escala mundial. Nessa nova conceituação, atribui-se à conservação da natureza amazônica papel destacado na atenuação do chamado efeito estufa – isto é, a progressiva elevação da temperatura planetária – e da preservação da diversidade biológica, embora permaneça o interesse específico por determinados setores de atividade da Região (**mineração, pecuária de corte extensiva, produtos vegetais e essências nativas**).*

A implantação, em 1974, do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais – POLAMAZÔNIA, explícita o redirecionamento, em base empresarial, de suas potencialidades **agropecuária, agroindustrial, mineral** e florestal, englobando 17 pólos.

# ESCOLA PARA TERRORISTAS?

Rodrigo Constantino

Economista

Uma escola em Salvador resolveu mudar o nome. Em vez de Médiçi, em homenagem ao ex-ditador do regime militar, agora ela vai se chamar Carlos Marighella, em homenagem ao “ativista” que combateu o regime militar. Ativista foi o termo que alguns jornais usaram para se referir ao terrorista comunista que ensinava manual de guerrilha urbana para as pessoas. Ou seja, a matar civis inocentes com bombas para sacudir o “sistema”.

O revisionismo histórico atual passou de qualquer limite do razoável. Não basta investigar e punir erros dos militares no passado; é preciso pintar aqueles comunistas de então como vítimas inocentes de uma ditadura cruel que foi instalada do nada. Enquanto essa gente não conseguir convencer a todos dessa mentira escancarada, eles não vão descansar. Mesmo que, para isso, crianças inocentes tenham que frequentar uma escola que leva o nome de um terrorista.

Marighella só pode ser o herói de pessoas muito ignorantes ou com sérios desvios de caráter. É o caso de seu próprio guru, o também guerrilheiro assassino Che Guevara. Ambos tinham inclinações à violência pela violência, coisa de psicopatas, e encontraram na ideologia uma desculpa, um pretexto para colocar em prática sua ânsia por sangue. Enaltecer esses dois é desejar a destruição da liberdade.

Basta ver o destino de Cuba, onde seus ideais foram aplicados. A mais longa ditadura do continente, que espalhou apenas miséria e escravidão. Se Marighella tivesse sido bem-sucedido naquela época, o Brasil, hoje, seria como Cuba, uma ditadura nefasta e assassina. Era exatamente por isso que ele lutava. Mas hoje tentam colocá-lo como vítima inocente de militares malvados. Não cola.

É vergonhoso para a História do Brasil uma escola levar o nome de um guerrilheiro comunista, como forma de homenagear sua luta contra a ditadura. Não era uma luta pela democracia, de forma alguma. Marighella jamais teve apreço pelo regime democrático. Assim como seus seguidores de hoje ainda não têm. Dá vergonha de ser brasileiro nessas horas... ■



# Nova fase de agitação socialista

Aluizio Amorim  
Jornalista

NOVA FASE DE AGITAÇÃO SOCIALISTA PATROCINADA PELO GOVERNO DO PT ESCOLHE OS SHOPPINGS COMO ALVO PARA INSUFLAR A 'LUTA DE CLASSES'. É O COMEÇO DA CAMPANHA ELEITORAL.

Quando surgiram as tais manifestações nas ruas em meados de 2013, tendo como epicentro – como não poderia deixar de ser— a cidade de São Paulo (estado que é a cereja do bolo que o PT ainda não conquistou), chamei a atenção aqui no blog que não se tratava de manifestos espontâneos. Tratava-se de um esquema do PT que pretendia implan-

tar a sua tal “reforma política” por meio de plebiscito. O partido do Lula já tinha as peças de propaganda prontas, conforme revelei aqui com exclusividade.

Denunciei que tudo isso não passava de um “golpe de Estado” branco, nos moldes dos ocorridos na Venezuela, na Bolívia e no Equador, sob a tutela geral do Foro de São Paulo, a organização socialista fundada por Lula e Fidel Castro em 1990, com o objetivo de transformar

o continente latino-americano num consórcio de republiquetas estatizadas sob a sanha socialista.

A jogada do plebiscito do PT – que os socialistas apelidam jocosamente de “democracia direta” ou “popular”, não prosperou. Estrategicamente, o PT recuou na tentativa de fazer passar o golpe de Estado que eles querem, com a chancela do Congresso Nacional.

Pouco depois surgia, nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, os famigerados *blackblocs*, promovendo a destruição do patrimônio público e privado impunemente. E impunes permanecem até hoje. Na ocasião, o Palácio do Planalto por meio do Gilberto Carvalho, o ajudante de

ordens de Lula, anunciou que o governo estava ‘surpreso’ como os *blackblocs*, que classificou como “um fenômeno que estava sendo estudado”.

Depois disso, como num passe de mágica, os *blackblocs*, passes livres e bate-paus correlatos sumiram de cena. A última notícia do tal “passe livre” é que seus agitadores estavam atuando no México, ou seja, exportando a técnica de agitação que vinham adotando no Brasil.

Todos esses movimentos de agitação fazem parte do plano socialista do Foro de São Paulo, que tem, como braços operativos, todos os partidos estatizantes da América Latina e que usam as frágeis democracias do subcontinente para implantar um regime semelhante ao de Cuba na região. O Foro de São Paulo é dirigido pelo PT, particularmente pelo senhor Marco Aurélio Garcia, coordenador vitalício da organização clandestina..

A aparente paz nas ruas do Brasil nos últimos meses representa apenas o reflexo da estratégia do movimento socialista do século XXI, de inspiração gramscista, de buscar a hegemonia socialista a partir das fraquezas das democracias da região, através de avanços e de recuos. Mas se as contas forem feitas, ver-se-á que a nação brasileira já sofre uma agitação permanente desde o primeiro dia em que Lula colocou as suas patas no Palácio do Planalto.

Entretanto, esse interregno de recuo estratégico, de novo, foi interrompido



pela eclosão de um tipo de manifestação bizarra e debochada a que denominam de “rolezinho”.

## POR QUE OS SHOPPINGS?

Bizarrices e deboches à parte, os tais “rolés”, constituem uma nova forma de ataque do movimento socialista liderado pelo PT no Brasil e na América Latina. Se alguém pensa que esses “rolés” são coisas espontâneas, está redondamente enganado. A grande mídia, com as raras exceções de sempre, continua mentindo, omitindo, e fazendo o jogo sórdido do departamento de agitação do PT.

Trata-se de agitação muito bem planejada e que utiliza um contingente enorme de agitadores mercenários conhecidos como *blackblocs*, passe livre e congêneres, e também as redes sociais, principalmente o Facebook. O ponto crucial desse movimento socialista tem como foco o exercício da “pedagogia da luta de classes”, coisa que eles nunca conseguiram levar adiante no Brasil. Por isso, escolheram como alvo os shoppings, justamente os locais mais civilizados, mais bonitos, mais limpos e democraticamente abertos ao público em geral.

A escolha dos shoppings, como alvo de ataque desses socialistas (eufemicamente chamados de comunistas), é a versão urbana da ação do MST e pretende se transformar na base da guerrilha urbana, caso não haja uma firme reação das forças vivas da sociedade, principalmente paulistana.

Os shoppings são propriedades privadas, centros de compras e de lazer que funcionam como “microcidades” dentro de uma cidade. Possuem regras próprias de acordo com a legislação pertinente. E, como não poderia deixar de ser, os shoppings, como as cidades, possuem esquema de segurança e até mesmo corpo de bombeiros próprio e têm o dever de atender a uma enorme gama de exigências legais para funcionar.

Em função disso, cada shopping center é um extraordinário empreendi-

mento que gera um apreciável volume de empregos diretos e indiretos e recolhe volumosos tributos ao Estado. Basta imaginar, como exemplo, quanto o Shopping Iguatemi de São Paulo paga de IPTU anualmente!

Os shoppings são, como alinharei ligeiramente, uma atividade empresarial de alta complexidade. São milhares de pessoas que transitam diariamente dentro desses megacentros de compras e lazer, fato esse que impõe responsabilidades imensas aos seus administradores. Por isso, é totalmente inviável qualquer viés anárquico dentro de um shopping. Os shoppings dependem, assim e, sobretudo, de completa paz para funcionar bem. Por isso costumo tipificar os shoppings como “oásis” de sossego e segurança em meio a uma grande cidade ou metrópole suja e insegura. Há quem diga, com impressionante dose de razão, que as atuais megalópoles só serão razoavelmente habitáveis quando, em sua totalidade, vierem a funcionar como um enorme condomínio de shopping centers.

Para alcançar seus objetivos, é claro, a segurança dentro de um shopping tem que ter especial destaque. O acesso é livre, desde que os cidadãos que pretendem frequentar esses centros de compra sigam o padrão de comportamento adequado de pessoas de bem, sob a pena de que esses espaços de compra e lazer se transformem num verdadeiro inferno e colocando em risco a segurança e a própria vida das pessoas, já que são locais relativamente fechados. O requisito indispensável para frequentar um shopping é, só e apenas, a prática individual da civilidade e da urbanidade, numa atitude perene de ordem, ou seja, a observância das regras que permitem o convívio social harmônico.

## A TÁTICA DA AGITAÇÃO

A escolha dos shoppings para a agitação, além de ser uma completa loucura em termos de segurança, por colocar a vida de centenas de pessoas em risco, busca

a efetivação da sonhada, porém jamais conseguida no Brasil, e famigerada, “luta de classes”.

Os ricos verdadeiros, os magnatas, até podem frequentar shoppings, como de fato o fazem vez por outra. Todavia magnatas de verdade, convenhamos, são poucos em qualquer lugar do mundo. Esses centros de compras são frequentados basicamente por pessoas da classe média. Os magnatas, os ricos verdadeiros – e nada tenho contra eles e até os admiro – normalmente são pessoas discretas, ao contrário dos ‘novos ricos’. Esses “*nouveaux riches*” também gostam de shoppings, porém são minoria entre seus frequentadores, também.

Quem usa shoppings, na verdade, são trabalhadores comuns, funcionários públicos, pequenos empresários, estudantes, enfim pessoas comuns que ralam no dia a dia, compram em longos parcelamentos, e em sua maioria comem *fastfood* nas praças de alimentação e pertencem, em sua esmagadora maioria, à classe média mediana e baixa.

Entretanto, pelo fato de os shoppings serem bonitos, bem decorados, limpos e que exigem como requisito para o seu uso exclusivamente a educação e bons modos e nunca que as pessoas levem dinheiro em espécie em suas carteiras, ou o tipo de produto que pretendem comprar, o seu acesso é totalmente livre, tanto para as pessoas que chegam a pé ou em seus carros. Não raro são observados, parados nas áreas de estacionamento, ônibus fretados por grupos para visitarem o shopping...

Assim, esses centros de compras foram tomados pelos agitadores socialistas como ponto referencial de “opulência e riqueza”, o que não deixa de ser verdade em comparação com a “miséria e pobreza” mental que os caracterizam. Transformaram esses locais de compras e de lazer em “ícones do luxo”. Trata-se da construção de um emblema para mais uma tentativa de acirrar a tal “luta de classes”. Acusam os shoppings de “segregar”

as pessoas, o que é uma histriônica mentira. E a partir dessa mentira constroem um ambiente propício à luta de classes jogando miserável contra pobre e pobre contra remediado, ficando, os ricos – que pretensiosamente tentam atingir – amplamente fora do processo.

Não há nenhuma dúvida sobre o fato de que os tais “rolezinhos” constituem uma nova versão dos *blackblocs*, dos passes livres e outros truques do arsenal socialista de agitação coordenado e financiado pelo atual governo do PT.

Notem, que a campanha eleitoral presidencial começou no ano passado, no momento em que o grupo dos “passes livres” iniciou a agitação em São Paulo. Posteriormente, alguns incautos, fora do movimento socialista do PT, foram às ruas, mas logo viram que se tratava de uma arapuca montada pelo PT para viabilizar o tal “plebiscito da reforma política”. Restou, nas praças, a agitação, o vandalismo, o quebra-quebra, até que agrediram diretamente o comandante da Polícia de São Paulo. Ato contínuo, ocorreu o “recuo tático”.

Tudo isso faz parte da campanha eleitoral do PT. Os candidatos da “oposição” nem imaginam o que virá nos próximos meses até a eleição.

Os *blackblocs*, passes livres e “rolezinhos” são apenas o começo da mais sórdida campanha presidencial que o Brasil já viveu. O Foro de São Paulo e o PT constituem a maior operação do neocomunismo do século XXI. É o resultado de décadas de ação sofisticada do marxismo cultural que domina todas as instâncias da vida social, começando pelas escolas, universidades e a grande mídia.

Notem por exemplo, que os “rolezinhos” foram primeiramente noticiados como uma novidade que estava ocorrendo por conta de “movimentos sem liderança nas redes sociais”. Entretanto, na Folha de S. Paulo e outros veículos de mídia, “letrados” acadêmicos já dão consistência ideológica aos “rolés”. É como se os textos já estivessem prontos para

serem desovados alguns dias depois de ter eclodido mais essa barbárie desorganizacional socialista, se é que, de fato, já não estavam!

Aqui mesmo, no blog, a título de exemplo, revelei postagens no Twitter de jornalista do jornal O Estado de S. Paulo. Objetivamente, a verdade é que a grande mídia em sua totalidade está acumpliciada, desde sempre, com o neocomunismo do século XXI. Seus jornalistas são 99% socialistas e neocomunistas, de uma forma ou de outra, estando comprometidos a restaurar, na América latina, o que foi perdido no leste europeu.

O jornalismo sempre foi uma categoria que reuniu e reúne o maior número de boçais, idiotas de todos os gêneros e tipos, trapaceiros, mentirosos, vadios e comedores de caraminguás oficiais. A chegada do PT ao poder fez com que os que se mantinham no “armário”, assumissem a sua idiotice crônica estabelecida por anos de doutrinação socialista marxista (e outras) e infectassem quase todo o chamado “quarto poder”.

Digo isso porque também sou jornalista há mais de 40 anos e convivi profissionalmente por muito tempo com essa gente.

## A DESTRUIÇÃO DAS PMS

Cumprido, finalmente, revelar uma coisa muito perigosa que está acontecendo em todo continente latino-americano. Há a intenção – como ocorreu recentemente na Argentina – de se acabar com as polícias militares. Os atos de agitação têm em mira obter o confronto com a polícia e, num confronto, a polícia age exatamente como polícia, na defesa da lei e da ordem.

Basta que um policial qualquer toque com um dedo num desses agitadores para, no dia seguinte, a Polícia Militar (em qualquer Estado da Federação) ser enxovalhada impiedosamente nas primeiras páginas dos jornalões e nos noticiários das grandes redes de televisão.

A destruição das polícias militares é um dos planos de ação do Foro de São

Paulo. Ao que parece, tal tentativa está mais avançada na Argentina e eclodiu numa greve recente de policiais que degenerou numa escalada de violência e saques ao comércio varejista.

Ao mesmo tempo em que as Forças Armadas estão pontualmente sucateadas e desprestigiadas pelo governo central petista, a desmilitarização das polícias faz parte do enfraquecimento de uma das instituições onde, historicamente, sempre houve repulsa ao socialismo e ao comunismo.

Portanto, a Nação brasileira e as demais latino-americanas, estão assistindo, passivamente, ao desmonte dos últimos vestígios de democracia e liberdade através da generalização da insegurança pública, onde o PT cria os problemas para, em seguida, apresentar suas soluções socialistas, estatizantes, escorchantes em termos fiscais, e limitantes da liberdade individual.

Essas nações foram levadas a acreditar que o Estado é capaz de prover tudo o que as pessoas demandam. Ora, isso é um equívoco fatal e que conduz à pobreza absoluta da qual é emblema a ilha-cárcere de Cuba há 53 anos e mais recentemente a Venezuela chavezista e todos os demais países onde o socialismo ainda está implantado a ferro e fogo.

Trata-se, portanto, de uma realidade trágica que não poderá ser ignorada pelos candidatos da “oposição”, por mais débil que se encontrem no presente, na campanha ao pleito que ocorrerá em outubro deste ano no Brasil. A solução que se impõe é a existência de um candidato digno, capaz, com reputação de pessoa de bem, que possa aglutinar toda a insatisfação que se avoluma por trás de toda a traição petista aos valores cristãos da cultura brasileira.

Se a grande maioria de insatisfeitos e desesperançados busca um mote para campanha, este pode ser encontrado, em linhas gerais, neste modesto texto, como também em dezenas de outros que já produzi e postei aqui neste blog ■

# A ÁRVORE BOA

Rômulo Bini Pereira  
General-de-Exército  
e ex-Chefe do Estado-Maior de Defesa

**“Quando cortam uma árvore boa e não arrancam suas raízes, brotos teimosos vão nascer sempre no que sobrou do tronco a dizerem que ela pode ressurgir e ficar mais alta, porque a sua seiva não se extinguiu e nem se extinguirá!”**

Carmelo Regis

A Revolução Democrática de 31 de Março completa 50 anos, este ano, e já se observa elevado número de reportagens e artigos sobre esse fato histórico. Nesse diapasão, nas esferas federal, estaduais e até municipais avultam as diversas Comissões da Verdade criadas no País, a levantarem fatos que vão repercutir na opinião pública com uma visão num só sentido. Seu escopo maior é denegrir o fato histórico, cujo combustível veio do coração nacionalista do povo brasileiro, no limiar do outono de 1964. Ao passo que os crimes cometidos pelas esquerdas radicais são nefanda e irresponsavelmente acobertados por essas comissões.

A atual “*presidenta*” da República, que participou ativamente da luta armada, em recente visita à paradisíaca Ilha de Cuba, demonstrou ao mundo sua prestimosa submissão ao líder comunista Fidel Castro. Esse seu ato mostra que, se a revolução não fosse vitoriosa, estaríamos sob a vigência de uma “democracia sanguinária”, semelhante à que ainda escraviza e aterroriza o povo cubano.

Após 30 anos da Nova República e de cinco governos civis, notam-se análises negativas quanto ao presente e ao futuro do Brasil. Os três Poderes da República, base de todo regime democrático, vivem, hoje, momentos sensíveis e preocupantes – corrupção e mordomias em todos os seus níveis.

O Legislativo é a instituição mais desacreditada, segundo pesquisas confiáveis. Legisla, quase sempre, em favor dos direitos, mas, nem sempre, se lembra dos deveres. O interesse nacional é secundário e, em consequência, temas de capital importância para o Brasil são postergados, só pelo simples fato de que podem trazer reflexos indesejados nas urnas.

O Judiciário passou a ser a esperança dos brasileiros por ter-se sobressaído sobremaneira no processo conhecido como mensalão, conduzido pela Suprema Corte. Esta, em seus debates, demonstrou,

entretanto, que há áreas de atritos de cunho ideológico e partidário entre seus membros. Não fossem a morosidade no julgar e os longos trâmites nos processos jurídicos, seu conceito seria mais positivo.

O Executivo passa por sérias dificuldades, pois a “*presidenta*” demonstra ser incapaz de governar com seriedade, equilíbrio e competência. Diante de qualquer obstáculo, convoca especialistas em propaganda e marqueteiros para que façam diminuir ou mascarar os pontos negativos que poderão surgir, pois só o que ela e seu partido querem é conseguir a reeleição. Em relação à política externa, o anseio do governo é fazer o Brasil ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, e isso está afastado.

Nosso país está sendo ridicularizado, em todo o mundo, por tantos escândalos. País assim não pode postular distinção de tamanha expressão mundial.

Nos dias atuais o País vive momentos conturbados, que se vêm agravando desde os surpreendentes movimentos populares de junho de 2013. A Copa do Mundo traz efetivas preocupações ao povo brasileiro.

Manifestações ininterruptas, conduzidas por vândalos, transformaram algumas cidades, principalmente as capitais, em verdadeiras praças de guerra. Os “rolezinhos”, já bastante disseminados, trazem em seu bojo indícios de luta de classes. A criminalidade já é endêmica entre nós e isso faz com que não mais sejamos vistos como um povo pacífico e cordato. Nossos índices de crimes anuais já atingem a cifra de 50 mil mortos/ano, próximos aos de países onde há guerra civil.

As autoridades constituídas pouco fazem para reverter essa situação. Propalam promessas vãs, são incompetentes, demonstram desinteresse e má-fé. Seu aparato policial está sempre pressionado, pois suas ações são consideradas agressivas. As soluções não surgem e o País vive uma situação de descalabro político e moral, com manifestos sinais

de incipiente desobediência civil. É essa a democracia que desejamos?

Finalmente, um enorme paradoxo.

As Forças Armadas continuam sendo a instituição de maior credibilidade no País, e isso se deve não apenas à eficiência, à noção de responsabilidade, ao trato da coisa pública, mas, sobretudo, aos valores morais que são cultivados em todos os seus escalões. A honestidade, a probidade, a disciplina e o empenho no cumprimento da missão são algumas virtudes que norteiam as Forças Armadas e que deveriam, também, ser exercidas pelos diversos mandatários dos governos de nosso país. O que, infelizmente, não ocorre.

Na área militar, nota-se, ainda, repulsa aos atos das citadas comissões. Ela é flagrante, crescente e de silenciosa revolta. Pensam que os integrantes das Forças Armadas – quietos, calados e parecendo subservientes – assistem passivamente aos acontecimentos atuais com sua consciência adormecida. Não é bem isso que está acontecendo!

As esquerdas sempre alardeiam que os “*militares de hoje*” não são como “*os de 1964*”. Sem dúvida! Aqueles, mais preparados cultural e profissionalmente e mais informados que estes, mantêm, contudo, bem viva, a mesma chama que seus predecessores possuíam e lhes legaram: o amor à liberdade, aos princípios democráticos, à instituição e ao Brasil. Também não aceitarão e, se necessário, confrontarão regimes que ideólogos gramscistas queiram impor à sociedade brasileira, preconizados pelo Foro de São Paulo, órgão orientador do partido que nos governa e de alguns países da América do Sul que se dizem democratas.

Mesmo sendo vilipendiada, devemos saudar a Revolução Democrática. É voz geral, entre os esquerdistas, que 64 jamais será esquecido. Ótimo, nós, civis e militares que a apoiamos, também não a esqueceremos. A Revolução de 1964 será sempre uma “árvore boa”! ■

Fonte: O Estadão - Opinião

# A DITADURA CONTAGIA



Ao cancelar o registro para exercício da medicina pela cubana Ramona Matos Rodríguez, que veio ao Brasil no programa Mais Médicos do governo federal, o Ministério da Saúde exibiu mais uma violação dos direitos individuais dos profissionais da saúde “importados” da ilha caribenha para clinicar no País. Esta portaria do Ministério da Saúde institucionaliza uma situação de “dois pesos e duas medidas”, que contraria a igualdade dos cidadãos perante a lei, essencial na democracia.

Há dois anos, o governo brasileiro vinha negociando com a ditadura dos irmãos Castro a vinda de médicos de Cuba para suprir deficiências de pessoal para a saúde pública em nossos grotões. Sob desconfiança generalizada, a equipe de Dilma Rousseff tentou manter tais tratativas sob sigilo. Mas, enfim, seguindo a prioridade do marketing da administração petista, anunciou o programa Mais Médicos para preencher vagas em postos de saúde dos ermos do interior com profissionais estrangeiros, a grande maioria deles cubanos. Empreendido na gestão do ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha, candidato do PT, partido da presidente, ao governo do maior Estado da Federação, São Paulo, o plano já mostrou ser uma eficiente forma de conquistar votos nas eleições de outubro, seja para a reeleição de Dilma, seja para a pretensão de fazer de Padilha sucessor do governador de São Paulo, o tucano Geraldo Alckmin, também candidato à reeleição. A população, antes desassistida, do interior mais remoto do Brasil, recebeu esses estrangeiros de braços abertos, a ponto de suprir as carências causadas pela baixa remuneração do corpo médico (só no caso dos cubanos) com alimentos e outros mimos. Isso, contudo, não tem sido suficiente para prover uma qualidade de vida compatível com a expectativa destes médicos. A presença de outros estrangeiros, em muito menor número e gozando de condições mais dignas de trabalho, bastou para chamar a atenção dos ilhéus para a cruel discriminação por eles sofrida aqui. Dos 6.658 participantes, 5.378 vieram da ilha caribenha. Os 1.280 de outros países são minoria.

Primeira médica a pedir para se desligar desse programa, Ramona, que trabalhava em Pacajá (PA), deixou o trabalho em 3 de fevereiro, alegando haver desistido do projeto após ter tomado conhecimento de que ganha muito menos do que colegas de outras nacionalidades, embora, por convênio firmado entre Cuba, o Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), seu salário seja de R\$ 10 mil mensais. Conforme informou ao líder do DEM na Câmara dos Deputados, Ronaldo Caiado (GO), a quem pediu abrigo para ficar no País, ela, na verdade, recebia o equivalente a R\$ 400 por mês, menos que o salário mínimo, de R\$ 724.

O Ministério da Saúde reconheceu que, além de Ramona e de Ortelio Guerra, que fugiu do Recife para os Estados Unidos, as prefeituras para cujos postos foram enviados comunicaram o desaparecimento de mais três cubanos. E é provável que a onda de deserções esteja apenas começando. Segundo a organização Solidariedade Sem Fronteiras, que, em Miami, ajuda médicos cubanos que querem desertar, de sete a oito cubanos a serviço na Bolívia, na Nicarágua e principalmente na Venezuela lhe telefonam por semana. Pelos cálculos da entidade, já fugiram pelo menos 5 mil médicos, enfermeiros e terapeutas cubanos numa década.

A situação dos cubanos no Brasil não é menos degradante do que nos países citados. Além da indignidade de pagar à ditadura dos Castros a parte do leão, ficando os trabalhadores com praticamente um troco como remuneração pelo serviço prestado, o governo brasileiro se submete a exigências da ditadura cubana, como a proibição de médicos cubanos saírem das cidades onde trabalham sem autorização. É também o caso do cancelamento do registro de Ramona, que clinicava aqui para contribuir para as divisas de Cuba e o marketing eleitoral dos companheiros brasileiros. Agora, por ordem do Ministério da Saúde, sempre que um médico cubano faltar ao trabalho, sua ausência deve ser comunicada à polícia. Pelo visto, a ditadura cubana é contagiosa ■

Fonte: O Estadão/ Opinião

# MARXISMO E LEI

**I.** A idéia marxista de que o homem só pode ser entendido a partir de sua inserção em uma dada estrutura econômica, e que todas as suas dimensões morais derivam desse evento e de nenhum outro mais, introduziu uma pioneira ruptura com a idéia clássica de Lei, como anotou a jurista Shirley Letwin.

Sempre foi entendido que a Lei é uma “forma de ordenar relações, que pode ser escolhida e rejeitada por aqueles submetidos a ela”, que “é superior a todas as outras formas de regulação”.

Na perspectiva de Marx, no entanto, os homens não são realmente livres, mas atados às suas realidades econômicas. Logo, não podem “escolher ou rejeitar” leis, e estas são, na verdade, reflexos das relações que os homens estabelecem com a natureza e, portanto, não são superiores, e, sim, derivadas.

De forma diferente de Aristóteles e de seus continuadores, que acreditavam que o sentido da Lei era o bem comum, Marx entendeu a Lei como um instrumento de domínio de uma classe dominante sobre outras, numa determinada ordem econômica, e, essencialmente, destinada a garantir seus privilégios. Ou seja, seu sentido seria o bem particular.

Marx, assim, partiu de uma crítica do particular. Para ele, o indivíduo, por exemplo, só se realiza na sua associação plena com o coletivo. O individualismo e as reivindicações privadas afastam o ser humano de outro ser humano e impedem a plenitude da experiência coletiva de humanidade.

Tornar-se humano, para Marx, é deixar de ser uma parte e fundir-se com o Todo. Um estado futuro de plenitude coletiva só seria realizado, a seu ver, numa sociedade comunista, onde não existiriam interesses particulares, quer individuais, quer coletivos, mas apenas interesses humanos gerais.

Tal projeto propõe a supressão de tudo aquilo que torna o homem um ser capaz de criar e inovar ou sair do comum. Ainda, admitindo-se que o comum da sociedade comunista fosse maravilhoso, tal movimento

implicaria no desaparecimento de todas as particularidades dissonantes, de disfunções congênitas, de gostos bizarros e íntimos, de percepções singulares do belo, da poesia imprevisível. Ou seja, o desaparecimento do humano, tal como o conhecemos.

Marx sugere que, após tal processo de transformação, não haveria mais Lei, porque não haveria necessidade de controlar desvios e movimentos pessoais ou coletivos, ou deixaria de existir qualquer bem particular a ser preservado, tanto de natureza espiritual quanto material. Com isso concordou Evgueni Pachukanis (1891-1937), jurista marxista, que, depois da revolução russa, sustentou que o Direito, enquanto tal, desapareceria da história com a instalação da sociedade comunista.

**II.** Como afirmou Marx, “crime” pode ser definido como “a luta do indivíduo isolado contra as relações dominantes”, o que implica que, segundo ele, a Lei, assim explica Letwin, “é um instrumento através do qual a classe dominante exerce seu poder para satisfazer seus interesses”. Sendo as “relações dominantes” relações de poder, todo ato criminoso contém, em si, um perfil político contestador. É sempre uma ação contra o caráter preservador do particular, contra a “classe dominante” e, portanto, seus interesses.

O encantamento pelo criminoso, anterior, certamente, ao marxismo, motivado, talvez, pelo seu papel transgressor, adquiriu em Marx o perfil de eixo estruturante de sua crítica geral à Lei.

A existência do criminoso demonstraria, em Marx, a natureza adversa das relações sociais, o desequilíbrio econômico existente e o quadro geral de concentração de riquezas e de marginalização social. Sua ação estaria imbuída de um movimento espontâneo de reação ao sistema, através do ataque às estruturas legais.

A luta política marxista, portanto, atua também no sentido de conspirar contra a Lei e as estruturas legais existentes, tidas



Obra do pintor Dmitri Vruble no Muro de Berlim retratando o líder soviético Leonid Brezhnev (dir.) e Erich Honecker (esq.)

como instrumentos de preservação do poder. Haveria, assim, diferenças de qualidade entre o “crime” comum e a ação política revolucionária, mas ambas ações estariam impregnadas da mesma inclinação crítica ao poder. A convergência dos dois movimentos, em certas circunstâncias, confirmaria tal perspectiva.

**III.** Um dos grandes problemas de todo esse arrazoado repousa, sem dúvida, na dimensão ética. A defesa de Marx da legitimidade do ato criminoso aponta para uma aberração. Se violentar o outro, ou os outros, é “uma luta contra as relações dominantes” por indivíduos isolados e se a luta é legítima exatamente, porque as relações dominantes são opressoras, o ato criminoso deve ser entendido como dotado de alguma legitimidade política. Assim, todo ato criminoso pode então ser correto legitimar-se desse modo. Tal racio-

ínio gera um desastre ético, pela sua evidente inconsistência, do ponto de vista moral.

Tal pesadelo ético, em Marx, era apenas teórico. No entanto, quando o socialismo instalou-se como sistema na Rússia, ficou claro que a perspectiva de entender as leis como reflexos fantasiosos de relações opressivas e a insistência em considerá-las como disposições de secundária importância permitiam tornar o crime legítimo – se fosse justificado em suas razões políticas.

Isso já acontecera antes, de certa forma, no “Terror”, durante a Revolução Francesa (1793-1794), mas lá tal sistema foi transitório e nunca conseguiu consolidar-se normativamente.

Na União Soviética, no entanto, o próprio Evgueni Pachukanis, que defendia o caráter burguês das leis, viu-se julgado sem condições de defesa e executado, em

1937, num processo sumário, sob Stálin. Os processos de Moscou foram, sem dúvida, atos criminosos, pois diferentes indivíduos foram assassinados, com provas forjadas, e em nome de justificativas políticas que pretendiam dar forma a uma nova ordem econômica e social – sem leis.

No caso soviético, contudo, diferentemente da França, Sergei Golunski (1895-1962) e Mikhail Strogonovic (1894-?), teóricos comunistas, lograram transformar esse modelo em doutrina jurídica.

Para eles, as leis, ou normas, do Estado Soviético, tinham como objetivo “salvaguardar, tornar seguros e desenvolver relações sociais e procedimentos agradáveis e vantajosos à classe dominante”, isto é, como assim entendia, a classe operária. A subversão da Lei estava consolidada pelo poder coercitivo do Estado que podia, a qualquer

momento, realizar atos de violência legitimados por seu papel dito “revolucionário”.

O colapso da URSS demonstrou, afinal, a inviabilidade, a longo prazo, dessa terrível abordagem. A proposição de Marx, no entanto, de que o “crime é a luta do indivíduo isolado contra as relações dominantes”, continua viva no pensamento comum e no pensamento jurídico ocidental.

Sua persistência deve servir como um alerta permanente contra aquilo que contém em si: um projeto utópico de aniquilação do particular e da humanidade que, na prática, é apenas a fonte legitimadora de uma tirania criminosa ■

*Bibliografia:* BEIRNE, Piers (ed.) *Pashukanis, Selected Writings on Marxism and Law*. London, Academic Press, 1980; LETWIN, Shirley: *On the History of the Idea of Law*. Cambridge, 2005; MARX, Karl: *The German Ideology*. New York, Prometheus Books, 1998.

Denis Lerrer Rosenfield  
Professor de filosofia na Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul

# DEMOCRACIA E DITADURA



O discurso da diplomacia brasileira sobre a Venezuela e os países bolivarianos segue a doutrina do PT, segundo a qual estaríamos diante de uma democracia, pelo simples fato de lá haver eleições. Eleições seriam, então, o único critério de definição de estados democráticos, com evidente desprezo para com as instituições da sociedade civil. Mais concretamente, há total desconsideração para com o equilíbrio de poderes e a independência dos poderes Judiciário e Legislativo. A liberdade de imprensa e dos meios de comunicação em geral é sistematicamente pisoteada, senão aniquilada.

Neste sentido, a “democracia” poderia prescindir das liberdades civis e políticas, devendo se contentar com eleições e referendos, cada vez mais restritos, pois as condições de competitividade são progressivamente reduzidas. De fato, a democracia representativa, nesses países “socialistas”, é substituída, para retomar um conceito de J. L. Talmon, pela democracia totalitária.

A democracia representativa caracteriza-se por ser constitucional, obedecendo a princípios que fogem a qualquer deliberação popular. Consequentemente, não pode ser objeto de deliberação a igualdade de gêneros ou de raças. Uma maioria popular machista ou racista não poderia se impor em uma democracia representativa, graças aos limites constitucionais, de princípios e valores, por ela assegurados.

Segundo a democracia totalitária, o poder reside na vontade popular encarnada pelo líder carismático. Não possui ele, em virtude de sua delegação popular, nenhuma limitação, como se eleições lhe autorizassem, virtualmente, a fazer qualquer coisa. Basta um referendo para que tal ocorra. Foi o que aconteceu com o “socialismo do século XXI”, nas figuras de Chávez e de sua caricatura Maduro, que aboliram a separação de poderes, emascularam o Judiciário e o Legislativo, fazendo do Executivo o único poder que conta.

A economia de mercado, por sua vez, foi cerceada quando não aniquilada, tendo como consequência o domínio do

Estado, cujos efeitos mais nítidos são a inflação galopante e a falta de produtos básicos, sendo o papel higiênico o mais emblemático deles.

A liberdade de imprensa e dos meios de comunicação em geral foi sendo suprimida, sobrando, hoje, o resquício de uma sociedade livre. Milícias, no melhor estilo das SS nazistas, aterrorizam a população, fazendo uso da violência e do assassinato sempre e quando o líder máximo o exigir. Tudo, evidentemente, em nome da “revolução” e do “socialismo”.

Não obstante, o Itamaraty e setores do PT continuam justificando a “democracia venezuelana”, como se os protestos do que resta de oposição fossem o real perigo. As posições estão totalmente invertidas. A dita “cláusula democrática”, bem entendida, significaria, apenas, a “cláusula democrática totalitária”.

Do ponto de vista diplomático, por uma questão de pudor, não se pode acatar o argumento de que o país não se imiscui nos assuntos de outros países, uma vez que foi bem isto que o Brasil fez no Paraguai. O então presidente Lugo foi afastado do poder por um impeachment, segundo a legislação daquele país. O governo brasileiro não reconheceu o impeachment e aproveitou a ocasião para suspender esse país do Mercosul, viabilizando, desta maneira, a entrada da Venezuela. É evidente o uso de dois pesos e duas medidas.

Nesta perspectiva, poderíamos aplicar os mesmos critérios para o que se denominou chamar de “ditadura” militar brasileira, com o intuito de melhor apreciarmos a “verdade” do período, contrastada com o juízo “democrático” do governo a propósito do “socialismo do século XXI”.

Considera-se a ditadura militar como se estendendo desde o governo Castello Branco até o fim do governo Figueiredo, quando há diferenças significativas neste longo período. O governo Castello Branco, por exemplo, tinha uma inclinação liberal, enquanto o governo Geisel foi fortemente estatizante.

Segundo esse critério, o governo Dilma se encaixaria na concepção geiselista, com forte intervenção do Estado na

economia, a escolha de empresas e setores privilegiados a serem apoiados e o uso da política fiscal e de subsídios para o apoio a esses grupos. Seria Geisel de esquerda conforme essa concepção? Mais ou menos democrático? E Lula, em seu primeiro mandato, seria castellista?

Durante o período do governo Castello Branco (1964 a 1967) até o Ato Institucional nº5, promulgado por Costa e Silva, em dezembro de 1968, o país gozava de ampla liberdade. Foi esse ato extinto em 1978, por Geisel, e o *habeas corpus*, restaurado. Pense não ser atrevido dizer que as liberdades civis eram muito mais respeitadas do que o são nos países que, atualmente, encarnam o “socialismo do século XXI”.

A gozação, para não dizer a sátira e a ironia do “Pasquim”, começou em 1969, quando o regime militar tinha endurecido e a ditadura propriamente dita se estabeleceu. Isto é, a ditadura tolerou o “Pasquim”, enquanto os governos bolivarianos não toleram qualquer crítica, muito menos aquela que se faz através da sátira que atinge os seus líderes.

A greve do ABC, sob liderança de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, foi um marco no Brasil, abrindo efetivamente caminho para a liberdade de participação sindical. Ocorreu em 1974, sob o governo Geisel. A partir dela novas greves se estenderam de 1978 e 1980, já no governo Figueiredo. Imaginem algo semelhante nos países bolivarianos! Por muito menos, os “socialistas” enviam as suas milícias e fazem uso de perseguições, assassinato, prisões e tortura.

A Lei da Anistia, negociada entre militares democratas, políticos do *establishment* e a oposição do MDB, com amplo apoio da sociedade civil, foi assinada por Figueiredo, em agosto de 1979, abrindo, realmente, caminho para a redemocratização do país. São os próprios militares que tomaram a iniciativa de abandonar o poder.

Sem dúvida a “democracia” bolivariana consegue ser mais dura do que a ditadura brasileira nesses períodos!

Fonte: *Jornal O Globo*

# REFORMAS CONSTITUCIONAIS E A CRISE DO GOVERNO



**H**á cinco reformas necessárias para diminuir o custo do Brasil e voltar o país a ter competitividade, a saber: a política, a administrativa, a trabalhista, a previdenciária e a do Judiciário.

Todas as manifestações dos últimos tempos, em que as pessoas sabem o que não querem, mas não sabem o que querem, e os que pensam querer, não sabem como fazer, são a prova inequívoca de que há algo que não vai bem, no governo e no país.

A maioria do povo que vai às ruas pede transparência, honestidade no trato da coisa pública e reformas. Abstrai os vândalos, que deveriam ser detidos, de imediato, sendo-lhes aplicada a lei penal vigente.

Tanto o governo, como o Congresso, não perceberam a mensagem ou fingiram não perceber. A Presidente propôs um plebiscito que o povo não pediu. O Congresso criou uma Comissão de Reforma Política sem consultar a sociedade. O resultado esperado foi, nas pesquisas posteriores a essas iniciativas, o repúdio da opinião pública, com idênticos índices de repulsa, antes e após a realização das mesmas.

Haveria necessidade de uma reforma administrativa para reduzir o peso da adiposa e esclerosada máquina pública, a começar no âmbito federal. Uma reforma tributária para eliminar a guerra fiscal de estados e municípios e para simplificar o sistema tributário também seria imprescindível. A Comissão do Senado de que participei – eram 13 especialistas – propôs 12 anteprojeto de emendas constitucionais, leis complementares, ordinárias e resoluções do Senado que jazem, em berço esplêndido, nos armários do Congresso. E, ainda, de rigor uma reforma trabalhista para nivelar o país às economias mais competitivas do planeta, assim como a reforma previdenciária – já em andamento –, para equalizar os cidadãos de primeira categoria (aposentadorias integrais – servidores públicos) e de segunda categoria (cidadãos comuns – dez salários-mínimos

no máximo), em patamar que não viesse a implodir o sistema. A reforma do Judiciário é outra medida que se impõe, a começar pela exigência de que todos os assessores de ministros, que auxiliam na elaboração dos votos, sejam concursados para essa função, de preferência juízes. Não deveriam ser escolhidos livremente, algumas vezes sem a qualificação necessária ou sem independência, por pertencerem à Procuradoria da Fazenda Nacional e às procuradorias das Fazendas Estaduais, o que compromete a imparcialidade, quando União ou estados são partes nos processos.

Quanto à reforma política, na Comissão da OAB-São Paulo que presido e que é constituída pelos seguintes juristas: Alberto Rollo, Alexandre de Moraes, Almino Affonso, André Ramos Tavares, Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, Cláudio Lembo, Dalmo Dallari, Dirceo Torrecillas, José Afonso da Silva, Maria Garcia, Ney Prado, Paulo de Barros Carvalho e Samantha Meyer Pflug, estamos estudando, a curto prazo, questões como o voto distrital, o financiamento de campanha, a reeleição, o número de partidos, as coligações e o plebiscito ou referendo. E, a longo prazo, bicameralismo ou unicameralismo, parlamentarismo ou presidencialismo.

Todas essas matérias exigem reflexão de especialistas e de governantes, e, à evidência, por sua complexidade, não podem ser objeto de plebiscito, no máximo podendo aceitar-se um referendo.

O certo, todavia, é que, mais do que as reformas, há necessidade de mudanças na política econômica do país.

Ninguém discute se a Presidente Dilma é uma mulher honesta e trabalhadora. Todavia, seu estilo autoritário de conduzir o país torna seu ministério não um conselho, mas um grupo de ouvintes de suas ordens. Sem nomes de expressão, como nos ministérios do passado, são seus colaboradores comportados executores, que jamais contrariam as determinações da comandante.

Talvez, o fato de ter, no passado, participado da luta armada, em movimento que, algumas vezes, assumiu facetas terroristas – com assassinato de inocentes

em atentados a bomba, em shoppings e supermercados –, tenha incutido, no seu estilo de liderança, essa característica temperamental, detalhista e impositiva.

Creio que, possivelmente por esse seu passado, é que a Presidente se sinta tão atraída pelas posturas de seus colegas bolivarianos: o falecido Chavez, Maduro, Morales, Corrêa e Cristina, todos aprendizes de ditadores.

Tanto é assim, que permitiu a entrada da Venezuela no Mercosul – apesar de esse país não ter aceito, à época, a totalidade do acervo normativo do Tratado – e excluiu o Paraguai, que, na deposição do Presidente Lugo, apenas cumpriu o que determinava o artigo 225 de sua Constituição – ou seja, o afastamento por mau desempenho, em processo límpido, claro, com apoio popular e sem qualquer uso de força, permitindo, inclusive, que o deposto, logo em seguida, concorresse ao Senado. O governo desse país democrático não sofreu, nas ruas de suas principais cidades, grandes contestações por parte da sociedade, nem queda de popularidade, como a Presidente Dilma tem experimentado no Brasil. No Paraguai, não se controla o Judiciário como na Venezuela, que não permite sequer recontagem de votos, em uma eleição em que a ínfima diferença de votos a favor do candidato bolivariano eleito, justificaria que fosse feita, como ocorre nas verdadeiras democracias.

O certo é que a Presidente Dilma, em virtude de suas simpatias bolivarianas, passou a seguir a política de seus colegas, tornando-se acólita de Cristina, Maduro, Morales e Corrêa. E começa a colher os mesmos frutos, ou seja, baixo PIB, alta inflação, descontrole cambial, protestos populares e perda de competitividade internacional por força da má condução da economia, amarrada pelo Mercosul, impedida de fazer acordos internacionais, aceitando todos os desaforos econômicos de seus parceiros, violadores permanentes das regras do Tratado de Assunção.

No seu estilo autoritário, investiu no consumo, e não no desenvolvimento empresarial, gerando inflação de demanda, no momento em que estimulou a baixa de juros.

Quando Irving Fischer definiu que a teoria do juro é determinada pela oportunidade de investir contra a impaciência de gastar, quis mostrar que, quando se baixam os juros e estimula-se o consumo, a inflação é decorrência. E o mero consumo, sem investimentos em tecnologia e na indústria, tem vida curta.

Não sem razão, o retrocesso econômico do Brasil, nestes dois anos e meio do governo Dilma, foi notório, com a agravante de, prisioneira de seus colegas bolivarianos, ter feito o Brasil perder a autonomia e a liberdade na celebração de acordos bilaterais, que lhe permitiriam melhorar não só a performance da balança comercial, como, pelo menos, reduzir o dantesco déficit do balanço de pagamentos.

No modelo bolivariano, a máquina governamental cresce e sufoca o segmento privado, gerando pressão inflacionária que, segundo Steven Webb, foi o principal fator da hiperinflação da República de Weimar.

Ora, a única forma de combater a inflação com redução de juros seria reduzir as despesas de custeio da máquina administrativa, algo que, no modelo bolivariano, é impossível e, no governo Dilma, inaceitável. Tanto que tem 39 ministérios...

Nesse quadro em que o PIB decresce, a inflação cresce, o câmbio se descontrola, a máquina administrativa desperdiça, a balança comercial gera déficits e as contas externas se descompassam, causa espécie que a Presidente pretenda manter-se fiel aos ideais dos regimes bolivarianos e continue a não perceber que está levando o país a um fantástico retrocesso, sendo mais conduzida por seus parceiros do Mercosul do que pelos interesses do Brasil.

Como cidadão que considera a Presidente Dilma uma mulher honesta e trabalhadora, gostaria que tivesse humildade de raciocinar e, analisando o fracasso de sua política econômica, decidisse, definitivamente, liberá-la das amarras ideológicas e passasse a cuidar dos verdadeiros interesses nacionais, que não são, necessariamente, aqueles acalentados pelos seus amigos, aprendizes de ditadores. E que, para o bem do Brasil, mudasse o rumo de seu governo ■

# Clube de Aeronáutica-RJ abre inscrições para novos sócios

O Clube de Aeronáutica-RJ é composto por três sedes: Sede Central no Centro, Sede da Barra da Tijuca e Sede Lacustre, na Região dos Lagos. Atualmente, todas as Sedes possuem confortáveis acomodações para hospedagem. Com o objetivo de ampliar o seu quadro de sócios, o Clube de Aeronáutica está com inscrições abertas para novos sócios.

Para conhecer melhor o CAER, basta acessar o site em [www.caer.org.br](http://www.caer.org.br), ou no "Fale conosco" pelo e-mail [secretaria@caer.org](mailto:secretaria@caer.org), onde poderão ser prestadas maiores informações sobre a

proposta de associação (Oficiais da Aeronáutica, da ativa, da reserva remunerada, e reformados desde que já incluídos no oficialato).

Uma vez associado, é permitido ao sócio e dependentes o uso de qualquer uma das três sedes, além de poder beneficiar-se de vários convênios celebrados com o Clube. Os interessados em se associar devem formalizar sua proposta junto à Secretaria do Clube da Sede Central, Praça Marechal Âncora, 15 – Centro – RJ. Contato: (21) 2210-3212, ramal 236/237 ou 2240-3801.



